

pág.
20

Governo monta ofensiva
contra negociações trabalhistas

pág.
22

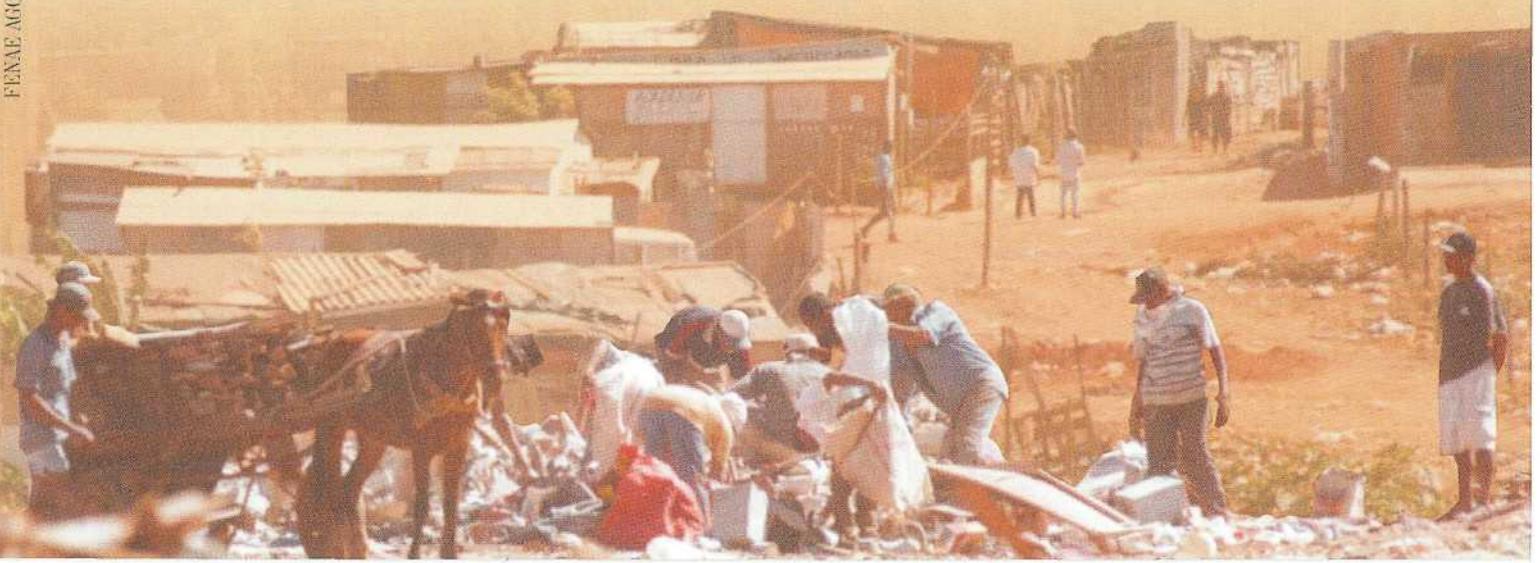
Novos parâmetros para
a previdência complementar

AGORA

FENAE

CEstatuto da CIDADE

Desmonte da Caixa dificulta aplicação da nova lei





Reforma urbana sob a ótica da cidadania

Estatuto da Cidade visa colocar limites ao interesse individual de propriedade no Brasil

No Brasil, a cidade é o espaço onde se dá a vida de uma comunidade humana. Ela é o lugar onde se vive, se trabalha, se estuda, se brinca, se ama, se luta, se luta por uma cidade melhor. O Estatuto da Cidade, aprovado em 2001, é o primeiro instrumento legal que estabelece limites ao poder de propriedade individual em prol do interesse coletivo. Ele define a cidade como um espaço de vida coletiva, onde se vive, se trabalha, se estuda, se brinca, se ama, se luta, se luta por uma cidade melhor. O Estatuto da Cidade, aprovado em 2001, é o primeiro instrumento legal que estabelece limites ao poder de propriedade individual em prol do interesse coletivo. Ele define a cidade como um espaço de vida coletiva, onde se vive, se trabalha, se estuda, se brinca, se ama, se luta, se luta por uma cidade melhor.

Capa: Estatuto da Cidade é a ferramenta para a função social da propriedade no Brasil
Pág. 14



Correr, saltar e lançar objetos

O atletismo é um esporte ao ar livre de todos, mais comum em academias e parques.

O atletismo não é apenas um esporte de elite, como muitos acreditam. É uma atividade física que pode ser praticada por todos, em qualquer idade e condição física. Ele envolve corrida, salto, lançamento de objetos e arremesso. O atletismo é um esporte ao ar livre de todos, mais comum em academias e parques. Ele promove a saúde física e mental, além de ser uma ótima opção para quem busca uma atividade física desafiadora e divertida.

Atletismo carece de incentivo e patrocínio. O charme do esporte é cada vez maior

Pág. 32



O Barroco é considerado o maior e mais rico movimento cultural do país

Pág.25



Em busca de uma gestão democrática para os fundos de pensão

Pág. 22

- 5 Coluna Navegantes: cheia de novidades
- 7 Para Jânio de Freitas, atraso do Brasil é culpa também dos empresários
- 8 Pacote de reestruturação é nocivo à Caixa
- 12 "Nem tudo que é sólido desmancha no ar", segundo Fernando Nogueira da Costa
- 20 Governo FHC promove cruzada contra os direitos dos trabalhadores
- 24 Deputada Iara Bernardi condena privatização do saneamento básico
- 28 Tarik de Souza fala do talento de Nara Leão
- 29 Paulo Freire, educador da liberdade



Matinhos

Sonhos e lazer em uma paisagem bucólica

Pras para todos os gostos, cultura, passeios encantadores, comida e muito mais!

Matinhos é um município do litoral do estado do Paraná, conhecido por suas belas praias, paisagem bucólica e rica cultura. O município oferece diversas opções de lazer, desde passeios de barco até atividades culturais. A gastronomia local é também muito apreciada, com pratos típicos que refletem a herança cultural da região. Matinhos é um destino ideal para quem busca relaxamento e contato com a natureza.

Beleza natural, praia mansa e gastronomia

Sede balneária de Curitiba da Apeel-PR fundada em Matinhos desde final de 1999

A Apeel-PR é uma entidade que promove o turismo sustentável em Matinhos, oferecendo serviços de lazer e hospedagem. A sede balneária é um ponto de encontro para quem deseja aproveitar a beleza natural da região de forma responsável. A entidade também promove eventos culturais e gastronômicos, contribuindo para o desenvolvimento local.

Praias para todos os gostos, cultura e passeios encantadores. Assim é o município de Matinhos, no litoral do estado do Paraná

Pág. 34

Publicação da FENAE
Federação Nacional das Associações
do Pessoal da Caixa Econômica
Federal

Administração e redação:

Setor Comercial Sul, quadra 1, bloco C, nº 30,
edifício Antônio Venâncio da Silva, 5º andar,
Brasília/DF, CEP: 70395-900,
Telefone: (061) 323 7516 - Fax: (061) 226 6402
Homepage: www.fenae.org.br
E-mail: fenae@fenae.org.br

Diretoria executiva

Presidente:

Carlos, Borges

Vice-Presidente:

José Carlos Alonso

diretor Financeiro:

Pedro Eugênio Leite

Diretor de Relações no Trabalho:

Antônio Braúlio de Carvalho

Diretor Administrativo:

Vaumik Ribeiro da Silva

Diretor de Esportes:

Jorge Peixoto de Mattos

Diretora Cultural:

Aparecida Diniz

Diretora Primeira Suplente:

Erika Kokay

Diretor Emérito:

Orlando César**Conselho Fiscal:***Ozair Cataldi**Bernadete de Aquino**Francisca de Assis da Silva***Suplentes:***Francisco Astrogildo Cruz**José Marcos de Almeida Costa***Conselho Deliberativo Nacional:**

Presidente:

Valmir Gongora

Vice-Presidente:

Antônio Carlos de Oliveira

Secretário:

*Marcos Aurélio Saraiva***Edição e redação:***Antônio José Reis,**Evandro Peixoto e Márcia Lage***Colaboradores:***Jânio de Freitas, Tárk de Sousa e**Fernando Nogueira da Costa***Designer e Ilustração:***Lisarb Sena de Mello***Impressão:***Bangraf*

Tiragem desta edição 75 mil exemplares

Os artigos assinados são de responsabilidade dos
seus autores. As matérias podem ser
reproduzidas, desde que citada a fonte.

Distribuição gratuita

Cidadania na adversidade

Em meio ao caos urbano, nasce o Estatuto da Cidade, fruto da mobilização das entidades populares e da ação propositiva de cidadãos e especialistas preocupados com a degradação das condições de vida dos brasileiros, sobretudo nos chamados grandes centros. É a cidadania florescendo em situação totalmente adversa, no árido terreno reservado pelo governo FHC às questões sociais e no pesado ambiente das incertezas geradas pelo modelo econômico imposto ao país.

O Estatuto da Cidade surge como uma das principais ferramentas para a garantia da função social do espaço urbano. Ele impõe limites à noção de direito de propriedade e amplia o significado do que seja interesse social.

Mas nem tudo são flores. Por obra e graça do presidente da República, os benefícios do estatuto alcançam apenas os moradores de áreas privadas. FHC vetou parte do que foi aprovado pelo Con-

gresso Nacional e editou medida provisória limitando a concessão de uso especial para fins de moradia nas áreas públicas hoje ocupadas. E a insensibilidade neoliberal, mais uma vez, se interpôs ao socialmente justo.

Mas, se é inegável que o Estatuto da Cidade, no cômputo geral, é uma vitória popular, no campo das relações trabalhistas a história é totalmente outra. O governo impõe achatamento salarial nos serviços públicos e nas estatais e ainda cobra dos empresários uma postura igualmente inflexível nas negociações com os trabalhadores. Os sindicatos enfrentam uma briga dura e desigual até mesmo em torno de direitos previstos em acordos

coletivos ou em lei e que não são cumpridos. É o caso de direitos básicos como prevenção a doenças ocupacionais, pagamento de horas extras, entre outros.

Nas empresas públicas, a situação torna-se ainda mais grave por conta da ameaça constante de privatização. Os bancos públicos federais estão sendo "reestruturados" e moldados ao estilo e gosto da iniciativa privada. Essa política atinge em cheio a Caixa Econômica Federal.

**Sindicatos
enfrentam luta
dura e desigual
por salários
e direitos**

Matemática

O portal "Horizonte da Educação", cujo endereço é www.hotlink.com.br/users/marielli, contém diversas biografias, mais de trezentos pensamentos, jogos e algumas curiosidades matemáticas, além de vários poemas e temas ligados a outras áreas.

Aproveito a oportunidade para solicitar que seja divulgado na coluna "Navegantes", informações contidas no portal "Horizonte da Educação". Sugestão do aposentado da Caixa, Roberto Melo, de Recife (PE)

Aos que gostam de informática

Com nome de site de notícias, o www.temporeal.com é um achado para os web designers, programadores e profissionais da informática em geral. Traz dicionário de informática, jogos, dicas de livros e revistas sobre o assunto, segurança de rede e milhares de outras informações que vão profissionalizar quem ainda se sente um ET entre o teclado e o monitor.

E aos amantes de coisas antigas

Este site é uma preciosidade para quem gosta de móveis antigos, tem casa de época, coleciona peças raras ou gostaria de começar a comprar objetos de arte.

WWW.antiguidades.com.br dá dicas de leilões, conservação de cubas, pias de porcelanas e banheiras do tempo da bisavó, móveis de madeira e tecidos, peças de alabastro, estanho e prata. E ainda tem classificados de graça, para os aficionados comprarem e venderem suas bugigangas.

Responsabilidade Social

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social tem um site para estimular empresários e organizações da sociedade civil a investir em projetos de melhoria da qualidade de vida da população, a se comprometer com o local onde atua e a interagir com a comunidade, visando seu bem-estar. O site dá dicas de cursos sobre este tipo de investimento, incentivos fiscais existentes no país e formação de parcerias com organizações da sociedade civil. Além de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, o marketing social dá bons retornos para a imagem da empresa, pois garante boa visibilidade na mídia e credibilidade junto à população. O endereço do site é www.ethos.org.br.



FENAE AGORA: imprensa@fenae.org.br

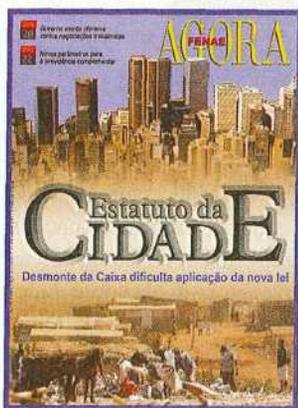


www.sonhoterapia.com.br é um site muito interessante da psicóloga Wânia Alvarenga, discípula de Jung, que trabalha com as imagens do sonho para tratar de seus pacientes. Um site pequeno, com informações sobre o que é a sonhoterapia, cursos, consultas, dicas de livros e um link para conversar com ela sobre aqueles sonhos malucos que todo mundo costuma ter, e que não consegue explicar. Imagens, personagens, cores, local dos sonhos, tudo isto traz uma mensagem do inconsciente que, segundo a sonhoterapia, quem aprende a decifrar passa a se conhecer melhor.



LUTA CONTRA A AIDS

O Programa Brasileiro de Aids mudou o visual de sua home page, facilitando a navegação para leigos no assunto, com imagens ilustrando os principais temas. Informações sobre a doença, números nacionais, locais de testes gratuitos do HIV e de assistência aos portadores do vírus são fáceis de achar. Na página há também um link para um site exclusivo para adolescentes, com informações sobre sexualidade, prevenção e uso de drogas. Esse site tem acesso direto ao programa "Disque Saúde, Pergunte Aids" do Ministério da Saúde, e responde às principais dúvidas dos jovens, por e-mail. O endereço é www.aids.gov.br



Capital X trabalho

O atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista se caracteriza pela brutal ofensiva do capital sobre o trabalho. São cada vez maiores as já gigantescas taxas de lucro que as empresas monopolistas têm conseguido acumular em escala planetária. Como se sabe, essas monumentais quantidades de dinheiro, privadamente apropriadas, são controladas por algumas poucas centenas de famílias em todo o mundo.

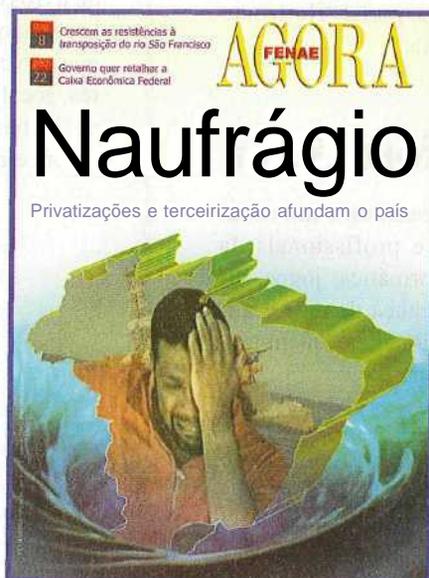
O segredo para tal concentração de capitais não é outro senão a exploração do trabalho, freqüentemente materializado na necessidade da implementação de ações, leis e práticas de desregulamentação das relações de trabalho.

Nesse quadro, trabalham os quase 60 mil assistentes sociais brasileiros, distribuídos em órgãos públicos, empresas estatais e privadas, fundações privadas, entidades filantrópicas, organizações não-governamentais e em entidades sem fins lucrativos. Ainda hoje, grande quantidade de postos de trabalho aloca-se na esfera pública. Todavia, os assistentes sociais têm sofrido um enxugamento significativo dos seus postos de trabalho, em tudo semelhante ao processo sofrido por todos os trabalhadores no Brasil e no mundo.

Entretanto, os assistentes sociais não têm se furtado a desempenhar o papel que lhes cabe na luta conjunta com os demais trabalhadores brasileiros, pela supressão da miséria e pela construção de um país socialmente justo. Imbuídos desse espírito, os profissionais de serviço social rea-

lizam o seu 10º congresso brasileiro de assistentes sociais, cujo o tema "trabalho, direitos e democracia no Brasil: assistentes sociais contra a desigualdade" reflete as preocupações centrais que orientam as discussões e ações desta categoria atualmente no Brasil. O congresso será em outubro deste ano, no Rio de Janeiro.

Sara Granemann
Rio de Janeiro (RJ)



Eclética

Gostei muito de um exemplar da FENAE AGORA que me foi presenteado por aposentado da Caixa. A revista está bem estruturada, eclética e muito palatável.

Sou auditor fiscal do trabalho (inativo) e gostaria, se possível, de receber mensalmente a publicação editada por vocês, que será de grande valia para mim.

Orozimbo de Paula Filho
Visconde do Rio Branco (MG)

Cidadania

Sou Comerciarário e pertenço à equipe do programa "Trabalho e Cidadania" da CUT do Rio Grande do Norte, que

vai ao ar todos os sábados, das 12h às 13h, com debates, informações e dicas para os trabalhadores da nossa região.

O exemplar de maio/2001 da revista FENAE AGORA, com matéria sobre e as privatizações e as terceirizações que afundam o país, serviu para a programação da nossa rádio comunitária. Aproveite a ocasião para parabenizá-los pelo belíssimo trabalho que vocês estão prestando à sociedade brasileira.

José Rodrigues de Souza
Mossoró (RN)

Ditadura

Embora o sistema político no Brasil esteja solidificado em um modelo de ditadura branca, FENAE AGORA não se submete ao silêncio imposto pela pressão daqueles que detém o controle da Caixa Econômica Federal

Adriano Ferreira Barbosa
Anápolis (GO)

Qualidade

Li as matérias publicadas na última edição da FENAE AGORA. Fiquei surpreso pelo nível das informações. Vocês fazem realmente um excelente trabalho. Parabéns!

Gostaria de receber a revista regularmente, pois sou universitário e ela traz informações de grande importância para os meus estudos.

Gilson Moraes de Souza
São Sebastião do Rio Preto (MG)

Pesquisa

Sou aluna do curso de doutorado em educação da Universidade Federal da Bahia. Desenvolvo uma pesquisa sobre o setor bancário e, em especial, sobre a Caixa. O tema é "A qualificação no novo contexto da automação e flexibilização do trabalho".

Ana Elisabeth Santos Alves
Vitória da Conquista (BA)

A seção "Dos Leitores" é o espaço de opinião do leitor.

FENAE AGORA se reserva o direito de resumir as cartas, sem prejuízo do conteúdo. As correspondências devem ser devidamente identificadas (assinatura e endereço).

JANIO DE FREITAS

Alheios e cegos

A explicação para o atraso de determinados países, dentre os quais o Brasil, não está só no sistema econômico. No mundo há numerosas provas de que não é forçoso ser como o Brasil, só por estarem economia e sociedade regidas pelo capitalismo.

Muito da grande miséria brasileira, da distorção estrutural e da ineficácia social independe do sistema econômico. É o fruto podre de vários fatores, mas, provavelmente, de um acima de todos os outros: a mentalidade do grande empresariado, o empresariado influente.

A indiferença desse grande empresariado em relação ao seu povo e ao país, ao destino nacional, talvez não tenha paralelo no mundo. Não o tem certamente, pelo menos, entre os países da chamada "democracia ocidental e cristã".

Até pela mais singela inteligência, em países pelo mundo afora o empresariado compactua com políticas e providências cujo sentido imediato e estrito não lhe é favorável. Por exemplo, os estímulos do então governo Felipe Gonzales, na Espanha, à

crescente melhoria dos salários.

O resultado dessa política foi, a par da melhoria do nível de vida geral, o aumento da produtividade e do consumo. Ganhou o país, com o crescimento econômico que lhe proporcionou fantástico desenvolvimento em todos os sentidos; ganharam os assalariados, com a grande melhoria de bem-estar individual e pessoal; e ganharam empresas e empresários, com o aumento das vendas, da rentabilidade e, portanto, dos lucros (não é à toa que os espanhóis estão, hoje em dia, entre os maiores compradores internacionais de grandes empresas, o Brasil que o diga).

De quebra, a previdência pública escapou do suicídio: de uma parte, os melhores salários geraram maior arrecadação e, de outra, tornaram o trabalho atrativo para a grande massa que antes preferia viver do salário-desemprego, o que diminuiu o gasto e aumentou ainda mais a arrecadação previdenciária. E as tensões sociais reduziram-se na Espanha a praticamente zero.

O exemplo acima não ultrapassa o óbvio e nem representa bem o nível de flexibilidade que o empresariado, não só da Espanha,

tem praticado para que o país se beneficie, a prazo longo, com a entrada na União Européia. É um exemplo, porém, que vai direto a outra obviedade, que é a política de emprego e salários praticada no Brasil por associação de poder econômico e administração federal. Uma verdadeira fábrica-monstro de empobrecimento crescente, empobrecimento em todos os sentidos, que vai explodir lá na frente, inevitavelmente, com custos que não recairão só nas costas da multidão de relegados.

Acomodado entre o alheamento e a cegueira, o grande empresariado não tem o menor empenho em discutir o que melhor convém ao país, entre as possibilidades políticas, econômicas e estratégicas no plano internacional. Até hoje nem se deu conta de que há um mundo diferente depois da Guerra Fria. Não distingue entre efeitos imediatos e de longo prazo, porque só conhece os primeiros medidos pela possibilidade de maior lucro e porque sua incultura absoluta desconhece a História.

Com um mínimo de sensibilidade cívica e percepção até no próprio interesse, o grande empresariado deixaria que o Brasil tivesse uma cara menos desumana e menos perigosa.

Janio de Freitas,
Jornalista 

Ao estilo de banco privado

Para os bancários, o pacote da reestruturação baixado pelo governo federal prepara o caminho da privatização da Caixa

Os empregados da Caixa Econômica Federal desenvolvem uma luta de resistência em relação à política do governo FHC para a empresa.

A reestruturação patrimonial, anunciada em julho pelo Ministério da Fazenda acentua a disputa entre diferentes projetos e perspectivas para a instituição. O pacote do governo aprofunda o desmonte da Caixa e é rechaçado pelos trabalhadores e por especialistas como sendo o único caminho. A alternativa dos bancários é a de uma reestruturação que realize o encontro de contas e solucione o problema dos créditos podres da empresa, tendo como horizonte o seu fortalecimento como banco público fomentador do desenvolvimento social e econômico, com forte atuação também na área comercial.

Na avaliação dos trabalhadores, a engenharia financeira feita pelo governo procura avançar na modelagem da Caixa ao estilo e à filosofia de um banco privado qualquer, objetivo que vem sendo perseguido de forma obstinada pela direção da em-

presa. A diretoria da Caixa é presidida por Emílio Carazzai, uma indicação política do PFL, tendo como padrinho o vice-presidente da República Marco Maciel.

No ato de divulgação do pacote da reestruturação, o ministro Malan e Carazzai fizeram questão de destacar o surgimento de "um novo modelo de gestão". No discurso, definições genéricas e aparentemente oportunas. O objetivo seria garantir "equilíbrio operacional; retorno mínimo sobre o patrimônio líquido exigido, suficiente para a realização dos investimentos de modernização; e implementação de sistemas de controles internos para reduzir a exposição a riscos".

Esse é o tipo de formulação que, além de não definir aquilo que realmente se quer fazer, desconsidera que muito do que se está propondo já se encontra em estágio avançado na empresa. Na Caixa, os investimentos em modernização, por exemplo, pouco deixam a desejar em relação aos demais bancos.

Em entrevista ao jornal Folha de S.

Paulo, no dia 23 de junho, um dia após o lançamento do pacote da reestruturação, o professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP de Ribeirão Preto, Alberto Borges Matias, abordou as questões relativas à Caixa de forma condizente com o que têm dito as representações sindicais e associativas dos empregados. Ao seu ver, a principal origem dos problemas nos bancos federais "é o uso das instituições pelo governo" na concessão de financiamentos. "O banco capta dinheiro a taxas de mercado e é forçado a emprestar a taxas subsidiadas", diz ele.

Matias lembrou, por exemplo, os empréstimos concedidos pelo governo para a empresa Mendes Júnior fazer obras no Iraque na década de 80. No caso dos financiamentos de imóveis pela Caixa, o professor citou o problema criado com o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), um instrumento utilizado pelo governo por falta de uma política habitacional adequada, que não deixasse os mutuários em desespero.



Grupo de trabalho discute problemas da Caixa, no Congresso Nacional dos Empregados, em Belo Horizonte

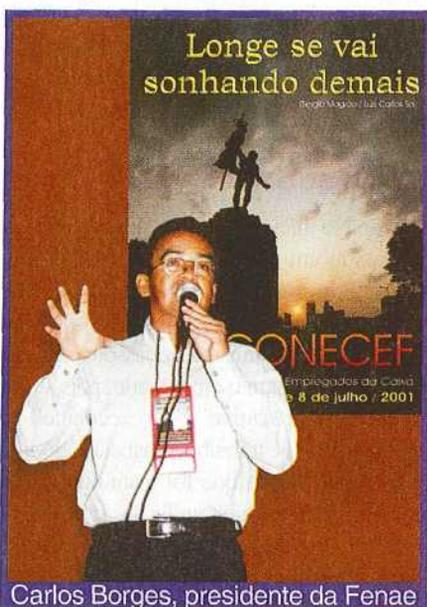


Fenae e sindicatos realizam manifestação na Matriz, contra o desmonte

Cisão e privatização

No pacote da reestruturação, foi anunciada a criação da Emgea (Empresa Gestora de Ativos), que irá absorver, de imediato, R\$ 26,7 bilhões de ativos referentes a financiamentos habitacionais concedidos pela Caixa com recursos do FGTS e da poupança. A criação dessa empresa é outro fator de discordância entre o movimento dos empregados e a direção da empresa na reestruturação.

Para os bancários, a Emgea representa a cisão da Caixa Econômica Federal e facilita a privatização que vem sendo perseguida pelo governo. De acordo com o que foi estabelecido pela direção



Carlos Borges, presidente da Fenae

da Caixa, a empresa recém-criada ficará com o que se convencionou chamar de "massa velha" e a "nova Caixa" manterá apenas as "operações lucrativas". Isso, por si só, já evidencia o objetivo de escancarar o caminho da privatização. É a mesma estratégia acertada com o FMI e aplicada na privatização do Banespa e de todos os demais bancos estaduais que já foram a leilão. O Tesouro assume os créditos "podres" ou de difícil recuperação, deixando a empresa "limpa", só com operações de alta lucratividade, bem ao gosto da iniciativa privada.

É verdade que FHC já disse e repetiu várias vezes que a Caixa não será privatizada no seu governo. Mas isso não significa nada como garantia de que a empresa será mantida como banco público e, muito menos, de que seu papel de banco social será preservado. O fato é que a reestruturação nos moldes ditados pelo FMI vem sendo seguida à risca. "Depois de 2002, caso o próximo governo seja continuidade desse que aí está, sem dúvida vão tentar vender o que ainda restar da Caixa - o desmonte que estamos assistindo agora, se não for barrado, leva inevitavelmente à privatização", alerta Carlos Borges, presidente da Fenae (Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa).

Para os trabalhadores da Caixa, do ponto de vista gerencial, administrativo e contábil, a criação da Emgea não só não se justifica como é também uma medida estrategicamente prejudicial. "A nossa proposta - diz Carlos Borges - é de que

fosse feito um encontro de contas, a separação das carteiras por função (apenas para efeito de fiscalização do Banco Central) e a segregação das operações que a Caixa realiza como banco de governo. Nada de dividir a Caixa e criar uma outra empresa alheia à sua estrutura. O gerenciamento dos créditos habitacionais nunca foi problema para a Caixa, exceto quando há interferências políticas do governo". Uma das oportunidades em que Borges se posicionou sobre o assunto foi em artigo publicado na Gazeta Mercantil, quase dois meses antes de ser divulgado o pacote da reestruturação.

Também o colaborador dessa revista, Fernando Nogueira da Costa, professor associado do Instituto de Economia da Unicamp e coordenador da área de economia da Fapesp, coloca o dedo na ferida aberta com a criação da Emgea: "A 'fidelização' dos clientes no longo prazo e a venda casada (sem imposição) de produtos financeiros são os maiores trunfos dos financiamentos habitacionais. Transferi-los sob forma de 'massa velha' para uma empresa não-financeira, assim como dispensar o 'capital humano' acumulado em seus 'velhos' funcionários, pode ser um erro irreversível para a Caixa".

Na avaliação de Fernando Nogueira, o ajuste patrimonial da Caixa só será socialmente relevante se ajudar a solucionar o problema da moradia no país. Se for levado a cabo da forma que a gestão de Emílio Carazzai vem conduzindo, "desabam os pilares da ação conjunta (plantados no campo social e na área comercial) e, com eles, desaba também toda a política habitacional. E morre com ela (a política de habitação) a própria Caixa Econômica Federal".



Fernando Nogueira da Costa

Saco de maldades da gestão Carazzai

Ao promover a reestruturação patrimonial da Caixa, casada com a cisão da empresa e com a implantação de um modelo de gestão adequado ao perfil de banco privado - fatores de desvirtuamento do encontro de contas que se fazia necessário, a gestão de Emílio Carazzai ampliou o processo de desmonte da instituição. Mas há uma série de outras medidas que seguem a mesma trilha da privatização e que, embora não tenham ainda alcançado a mesma repercussão externa, são igualmente perversas do ponto de vista dos empregados e de todos aqueles que vêm na Caixa uma referência de banco popular e social. Entre as medidas implementadas, ou em curso, destacamos as seguintes:



Terceirização

A gestão Carazzai ampliou significativamente a terceirização de serviços, atingindo praticamente todas as áreas da empresa, inclusive as de atividades-fim. Atualmente, o quadro de pessoal próprio empata com o de pessoal terceirizado e estagiários (51% a 49%). As denúncias de irregularidades na contratação de pessoal terceirizado, feitas pela Fenae, associações de pessoal da Caixa e sindicatos, motivaram o Ministério Público Federal a entrar com ações contra a empresa e duas delas, uma em Brasília e outra em Belo Horizonte, obtiveram liminar. Por força dessas liminares, em vigor até o fechamento desta edição, a Caixa foi impedida de renovar ou realizar novos contratos com prestadoras de serviços, para várias funções consideradas típicas de bancários.



Segmentação

A Caixa realizou uma segmentação de serviços que consiste, basicamente, em apartar e diferenciar o atendimento entre clientes desejáveis e não-desejáveis. O atendimento e os serviços até então usufruídos pelos cidadãos de baixa renda, incluindo os aposentados, foram direcionados para os terminais de auto-atendimento ou transferidos para as lotéricas. A empresa chegou a montar verdadeiros "piquetes" nas portas das agências para fazer essa triagem. A segmentação ampliou o uso de pessoal terceirizado na retaguarda, sobretudo nas atividades referentes ao auto-atendimento e nos caixas eletrônicos. Outra forma de exclusão de clientes deu-se pela implantação de um sistema de reavaliação de crédito, o Siric, que se apresenta como grande dificultador à liberação de empréstimos, mesmo a correntistas que não tenham apresentado problema de inadimplência. O resultado disso tem sido uma forte evasão de clientes para outros bancos.



Transferência de serviços

A rede de lotéricas foi ampliada e passou a executar uma série de serviços bancários. A Caixa tem projetos-piloto que visam utilizar também padarias, farmácias, postos de gasolina e lojas de material de construção como "correspondentes bancários". Além de desvirtuar o papel de instituição bancária, a medida apresenta outro grave problema: a falta de segurança. O número de assaltos a lotéricas, muitos gerando mortes, aumentou significativamente depois que passaram a realizar serviços bancários. As denúncias das representações dos empregados da Caixa estão motivando também ações judiciais e projetos de leis contrários a esse procedimento. O diretor Pedro Eugênio, da Fenae, e dirigentes da CNB-CUT (Confederação Nacional dos Bancários) participaram no final de agosto de reunião na Polícia Federal, para tratar de segurança nas lotéricas e em outros estabe-



Emílio Carazzai comanda o desmonte da Caixa

lecimentos que atuam como correspondentes bancários. Representantes dos bancos, de seguradoras e vigilantes também estiveram presentes. Do encontro saiu uma proposta dirigida ao Banco Central, para que os correspondentes bancários recebam tratamento de instituição financeira e sejam obrigados a adotar medidas de segurança. A Febraban (Federação Brasileira dos Bancos) recusou-se a assinar o documento.



Demissões sem justa causa

No início de 2000, a direção da Caixa baixou um normativo interno (RH 008) permitindo a demissão arbitrária, sem defesa por parte do trabalhador. A simples antipatia de um administrador passou a ser motivo de temor para o empregado, pois se for julgado "improdutivo" ou "excedente" na unidade em que trabalha, o bancário pode ir para a rua. Desde que foi instituída, a RH 008 já provocou por volta de 250 demissões, muitas delas revertidas judicialmente pelas representações dos empregados, dado o caráter arbitrário das dispensas.



PADV

A direção da Caixa anunciou no dia quatro de setembro um novo PADV (Programa de Apoio à Demissão Voluntária). O último PADV da empresa, implementado em outubro do ano passado, foi dirigido apenas aos escriturários, auxiliares de serviços gerais e carreira profissional e descartou cerca de 3.500 mil bancários. O deste ano é mais amplo e mais flexível. Todos os empregados estão sob pressão para "aderir". A meta é descartar, no mínimo, 10% do quadro de pessoal. Com isso, pelo menos cinco mil famílias sofrerão as conseqüências de mais esse corte promovido pela gestão Carazzai. O anúncio desse novo PADV é extremamente contraditório, pois se a reestruturação veio em nome da com-petitividade, com o programa a atual administração se desfaz da inteligência da Caixa, após longos anos de investimentos. A competitividade, ao contrário, exige a preservação do capital humano da empresa. Isso para uma administração com um mínimo de visão e competência.



Mudança na assistência médica

A direção da Caixa anunciou em agosto a alteração do Pams (Programa de Assistência Médica Supletiva). As representações dos empregados vinham reivindicando um debate acerca da política de saúde, com o enfoque nos problemas do Pams, mas foram alijadas de qualquer tipo de discussão sobre o assunto. A gestão Carazzai pretende instituir uma mensalidade de R\$ 38,26, mantendo sua participação nos mesmos 3,5% da folha de pagamentos. A mensalidade é igual para todos, independentemente do valor do salário. Assim, quem ganha menos contribui com percentual maior. Em caso de aumento nos custos do programa, apenas as mensalidades sobem. A participação da empresa permanece nos mesmos 3,5% da folha. De 1994 a 1999, as despesas com o Pams subiram cerca de 82%.

O termo de adesão ao Pams já

está circulando na empresa e caracteriza como instrumento de pressão. Quem for contra fica sem assistência à saúde.

A alteração no programa de assistência médica se dá no momento em que a Funcef, fundo de pensão dos empregados, sob orientação da Caixa, vende o controle acionário da Caixa Seguros para uma empresa de capital internacional, a francesa CNP Assu-rance, que pode vir a apresentar como "alternativa" o Caixa Saúde, que é um plano de saúde privado da Caixa Seguros. Os empregados fazem agora o seguinte questionamento: será que a mudança do Pams fez parte do acordo de metas na venda do controle da Caixa Seguros?



Mudança do plano de benefícios da Funcef

A gestão Carazzai está empenhada em mudar também o plano de benefícios da Funcef, o fundo de pensão dos empregados da Caixa. O objetivo é mudar o plano de benefício definido para contribuição definida. O benefício definido, em vigor desde que a Funcef foi criada, assegura a complementação da aposentadoria até o valor integral do salário do período de atividade. A contribuição definida não passa de uma poupança, que dá ao associado a complementação equivalente aos rendimentos da contribuição. Com mudança do plano de benefício, a patrocinadora (no caso a Caixa) se exime de qualquer responsabilidade em caso de déficit atuarial na Funcef. Isso facilita a privatização. Os aposentados estão sendo vítimas de chantagem para que abram mão de ações tanto contra a Funcef como contra a Caixa. O que se pretende com isso é eliminar um passivo que já ultrapassa R\$ 3 bilhões.



Venda da Caixa Seguros

Trilhando o caminho da privatização da Caixa, a gestão Carazzai levou diretoria da Funcef a vender no início deste ano as ações da Caixa Seguros (50,75%) para a estatal francesa CNP Assurance. O leilão foi suspenso por liminar, em 15 de fevereiro. A Caixa e a Funcef recorreram e, ao mesmo tempo, trataram de efetivar o negócio. Ao arpejo da lei, transferiram as ações e receberam o pagamento. No dia 13 de julho, o juiz federal Djalma Moreira Gomes, da 10ª Vara Cível de São Paulo, declarou nulo o leilão e concedeu a "antecipação dos efeitos da tutela" pleiteada pelo Fenae e pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo. Em seguida, a Funcef conseguiu um efeito suspensivo, tornando nula a antecipação de tutela, mas a batalha judicial dever ter ainda novos desdobramentos.



Extinção de unidades

A direção da Caixa anunciou também uma reestruturação das filiais que, em muitos casos, deve implicar na extinção das mesmas e provocar mais demissões. Os empregados que não forem demitidos irão para um "Banco de Realocação" e terão a transferência como única "opção". O processo, além de arbitrário, é mais uma prova da intenção da diretoria da Caixa de enxugar ao máximo a instituição para privatizá-la. É um desrespeito total ao empregado, que depois de anos de dedicação à empresa recebe como "prêmio" a transferência compulsória ou a demissão.



FERNANDO NOGUEIRA

Sobre castelo de areia, tigre de papel, bolha especulativa...

O edifício Palace ruiu como um castelo de areia à beira-mar. Foi simbólico da ruína de uma era. Sua argamassa continha areia de praia, caramujos, conchas. O dono da construtora era um deputado que vivia em edifício mais sólido, na verdadeira Miami. Provavelmente, era vizinho de outros notáveis brasileiros: ex-presidente, juiz e cia. ilimitada.

A sociedade brasileira está finalmente forçada a separar as "maças podres" do cesto. O uso impune de dinheiro público em benefício privado está sendo mais denunciado. As bolhas

imobiliárias estão sendo estouradas.

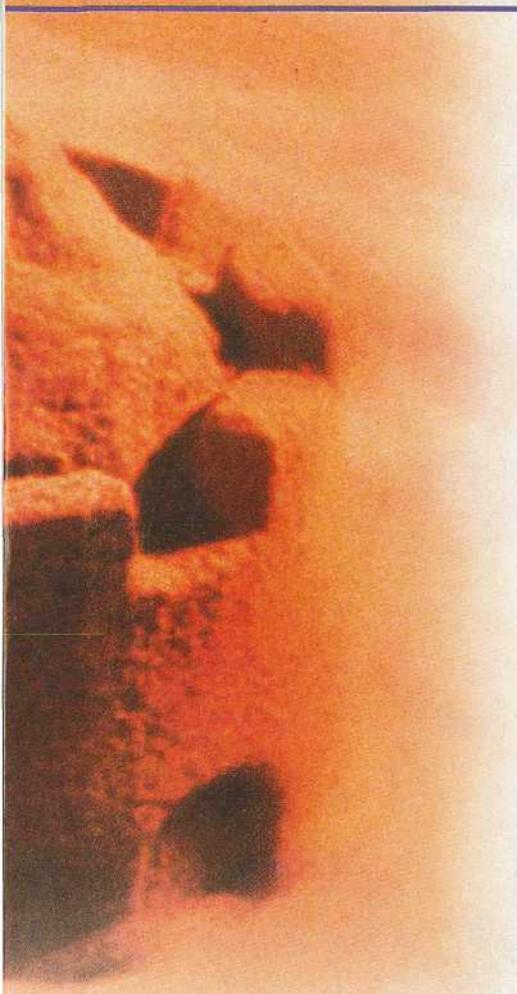
O Sistema Financeiro de Habitação está sendo reestruturado. Os "ativos podres" da Caixa Econômica Federal foram repassados para a Emgea, vulga Poderbrás. Qual é o significado maior da reestruturação patrimonial da Caixa? Qual é o necessário desvendamento histórico?

Nem tudo que é sólido desmancha no ar. Não se destrói tudo que foi construído. Quantos assalariados no Brasil realizaram o sonho da casa própria? Certamente foi um número menor do que o dos que não tiveram a chance de participar dessa oportunidade histórica. Mas, sem recursos próprios suficientes, milhares de brasileiros foram beneficiados por

crédito imobiliário em condições invejáveis. Pagaram, naturalmente, o que seus salários lhes davam condições de pagar. O mais que lhes foi cobrado acabou sendo perdoado, ou melhor, as perdas do Sistema Financeiro de Habitação foram agora socializadas. Ficaram com a casa própria.

Nesse sentido, a missão social de propiciar crédito para a construção massiva de moradias foi parcialmente cumprida. Não foi suficiente para acabar com o déficit habitacional brasileiro. Está longe disso. Por que ruiu?

A Caixa cumpria duas das três funções clássicas dos bancos comerciais. Emprestava para as famílias deficitárias, recebendo em troca



títulos de crédito direto, retendo-os em suas carteiras de ativos. Captava reservas emprestáveis (para lastrear os empréstimos concedidos) das famílias superavitárias, emitindo certificados de depósitos (à vista, a prazo ou de poupança) em troca. A terceira função só com o Sistema de Financiamento Imobiliário será implementada. Securitizar seus títulos próprios (recebíveis), isto é, trocar os títulos de crédito direto com investidores que desejam ajustar seus portfólios a uma determinada diretriz, por exemplo, alongar o prazo de suas aplicações. É conveniente, por razão desta última operação, distinguir entre os títulos financeiros emitidos pelos devedores - de dívida primária - e os títulos

emitidos pelos credores - de dívida secundária. Os mercados de títulos de dívida também passaram a ser divididos em dois segmentos. O mercado primário tem como função oferecer recursos para os devedores, que emitem novos títulos de dívida primária. O mercado secundário busca garantir a liquidez desses títulos adquiridos no mercado primário. Não fornece novos recursos para beneficiar qualquer família, empresa ou governo, cujos títulos de dívida nele são negociados. Isso, efetivamente, só acontece no mercado primário.

À medida que o mercado financeiro se diversifica, as próprias instituições financeiras engajam-se em transações entre si, emitindo títulos financeiros indiretos, com lastro em ativos indiretos. Surge a possibilidade que este circuito financeiro ganhe relativa autonomia sobre os ativos primários que o lastreiam. Este fenômeno é denominado de descolamento das duas esferas de valorização do capital - a produtiva (adiciona valor) e a financeira (apropria valor). Esta é considerada uma atividade improdutiva na medida que só se responsabiliza pela transferência da posse e/ou propriedade do capital, não adicionando nenhum valor.

O capitalismo no Brasil se transformou nesse "tigre de papel". Pior, a equipe condutora da política econômica usa a política de juros para controlá-lo. Isso é como segurar um tigre pela cauda!

Agora, com sua troca de títulos de dívida primária por de dívida secundária, a Caixa entra na jaula para

enfrentar o tigre. Antes, relativamente aos outros grandes bancos, tinha muito pouco dos títulos e valores mobiliários. Era a maior emprestadora. Após o ajuste, vai para a quarta posição neste ranking. Sua nova carteira de ativos terá muito mais títulos de dívida pública para serem rolados. É uma operação segura e lucrativa, porém não se trata da sua missão social histórica.

Sua função social era criar liquidez efetiva ou real a partir da validação monetária de um ato de compra-e-venda, na área imobiliária. Expandia o emprego, a renda e a riqueza. Essa liquidez monetária era lastreada em dívida direta que tinha como limite uma garantia real patrimonial. Com sua reestruturação, a Caixa passa a ter liquidez financeira, derivada de dívida - pública ou interfinanceira - indireta, cujo único limite é a confiança e/ou credibilidade do Tesouro Nacional. Vai contemplar negócios com ativos financeiros de curto prazo, inclusive títulos de dívida pública resgatáveis antes do prazo vencido. Envolver-se-á com bolhas especulativas. Ficará refém de investidores, hipoteticamente, os únicos domadores do tigre de papel.

Fernando Nogueira da Costa
Economista

Professor Associado do IE-UNICAMP, 49. Coordenador da Área de Economia da FAPESP. Autor dos livros "Economia em 10 Lições" e "Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista".
Email: fercos@eco.unicamp.br.

Capa

ANTONIO JOSÉ REIS

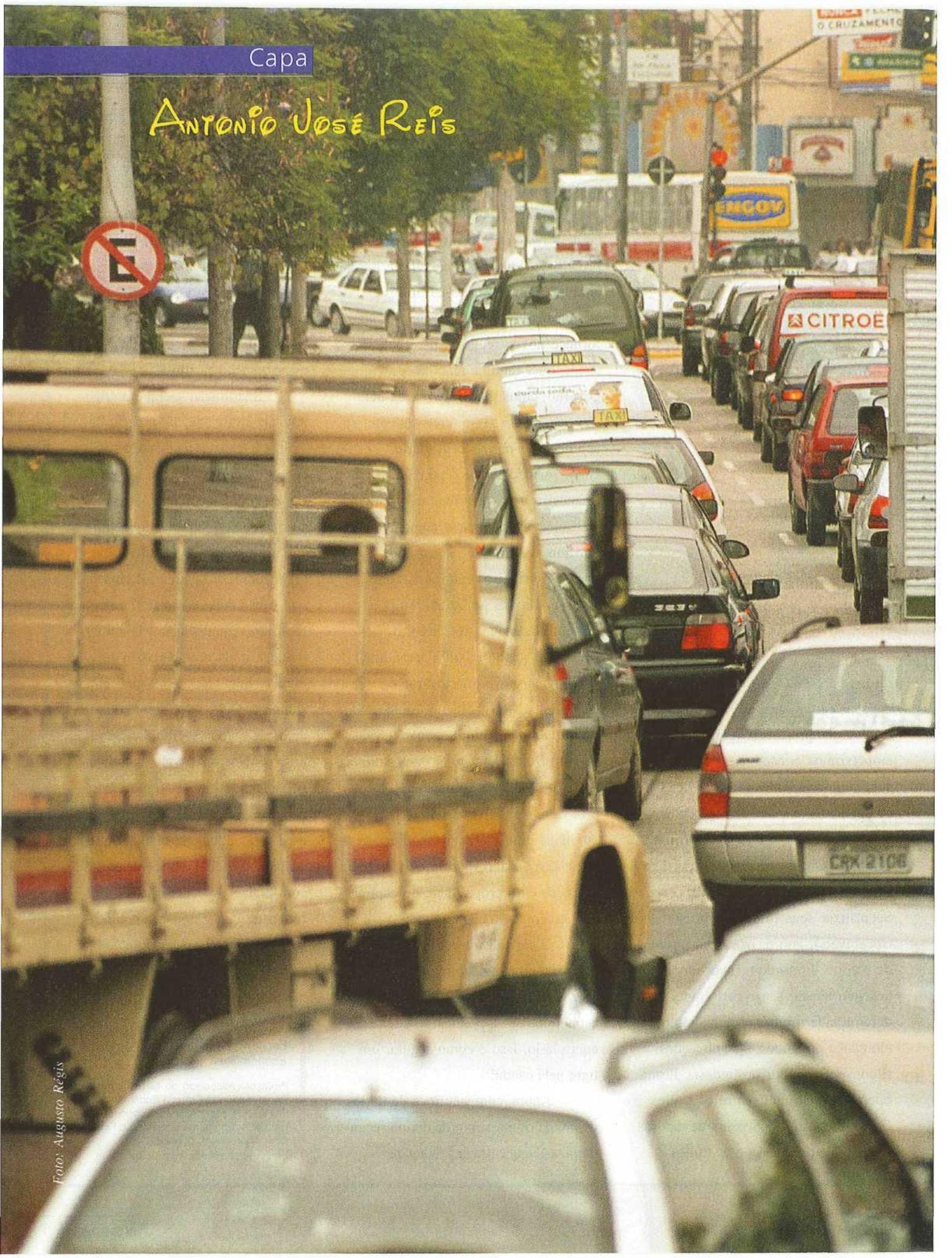


Foto: Augusto Régis

Reforma urbana sob a ótica da cidadania

O Estatuto da Cidade visa colocar limites ao interesse individual de propriedade no Brasil

No Brasil, o caos urbano se distribui ao longo de uma imperfeita constelação de cidades, marcadamente desiguais. O déficit de moradias chega a 13 milhões de unidades, abrangendo os dois lados da moeda: escassez e moradias inadequadas. Mais de 56,9% dos moradores urbanos não têm acesso a água encanada e a serviços de esgoto sanitário. Nas últimas décadas, em nível federal, o setor de transporte coletivo não contou no país com nenhuma política governamental digna de registro. Em todos os níveis da rede urbana, acumulam-se problemas agudos. De um lado, sem alternativas e excluídas do mercado regular, as famílias pobres se aglomeram em favelas, cortiços, loteamentos clandestinos, ocupações ilegais e são as maiores vítimas da falta de investimentos públicos em saneamento básico e infra-estrutura urbana. Do lado da dinâmica de mercado, em que a cidade é vista como um negócio, mansões, edifícios de última geração e shoppings centers funci-

onam em áreas bem localizadas e servidas de toda a infra-estrutura.

A falta de políticas públicas adequadas se encontra algemada à lógica dos especuladores imobiliários, acentuando assim a desigualdade social. Os paradoxos que cercam as cidades e seus moradores não são poucos. Um deles é dado pelo valor de uso do solo. Para a maioria dos moradores, as cidades são o lugar onde vivem, trabalham, descansam e amam. Cada bairro possui uma cara própria e cada pedaço de rua faz parte do Cotidiano das pessoas que nela convivem. Esse olhar, aliás, capta uma realidade diferente daquela percebida pelas empresas imobiliárias, empreiteiras de obras, proprietários de muitos imóveis e especuladores imobiliários, que pensam a cidade como objeto de lucro. De modo geral, as ações governamentais têm apoiado a lógica que trata a cidade como mercadoria. A discrepância entre o alto preço da terra urbana e o baixo poder aquisitivo da população cria o ponto de estrangula-

mento fundamental que impede a conquista de moradia digna pelas camadas populares, mesmo nas áreas em que há muito espaço ocioso.

As soluções encontradas para gerir a ocupação e o uso do solo urbano, afetados pelo crescimento desordenado das cidades, quase sempre se revelam remédios paliativos. Décadas de políticas equivocadas, acompanhadas da ausência de uma legislação reguladora para a questão urbana, fazem com que praticamente um terço das famílias brasileiras não tenham acesso a moradia adequada, saneamento ambiental, transporte, creches, saúde, cultura, trabalho, áreas de lazer e a métodos de controle de enchentes e de poluição. Os moradores de favelas e loteamentos clandestinos são a ponta mais visível da complexa e crescente economia informal. Esse modelo de exclusão social, no que se refere ao planejamento urbano, dá sinais de esgotamento. Um movimento cada vez mais vigoroso coloca o sistema que privilegia a cidade como fonte de lucro em xeque e exige divisão democrática da estrutura urbana.

Estatuto da Cidade resulta da luta de movimentos populares

Uma das principais ferramentas para a garantia da função social da cidade e da propriedade é o Estatuto da Cidade, sancionado em 11 de julho pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Um breve retrospecto histórico explica a origem e o destino do Estatuto da Cidade. O projeto original, inspirado na experiência de movimentos de moradia popular, é de autoria do falecido senador Pompeu de Souza (PSDB-DF) e tramitou no Congresso Nacional por mais de 12 anos. Esse projeto regulamenta o capítulo da Constituição que trata da política urbana, podendo tornar-se um avanço no desenvolvimento urbano do país. Decorre diretamente da mobilização social que ocorreu à época do Congresso Nacional Constituinte em 1988, em torno da emenda da reforma urbana. Atores sociais como o FNRU (Fórum Nacional de Reforma Urbana) incorporaram essa bandeira, tornando a tese da inclusão social e territorial das cidades brasileiras mais poderosa.

Para a arquiteta Ermínia Maricato, professora da USP (Universidade de São



Foto: Evandro Mathews

Paulo), a aplicação da nova lei passa pela correlação de forças na sociedade. Ela explica seu ponto de vista: "O Estatuto da Cidade cria mecanismos capazes de trazer de volta para as áreas civilizadas das metrópoles as pessoas que foram expulsas dali por falta de dinheiro. O principal objetivo é colocar limites ao direito de propriedade. O interesse público coletivo limitaria o interesse individual do proprietário". Para Maricato, o Estatuto da Cidade mexe numa questão nodal na sociedade brasileira, que é o patrimonialismo. Ela diz que o poder político sempre foi ligado ao patrimônio e vencer essa situação não é uma tarefa fácil. E é isso, na avaliação da arquiteta paulistana, que pode atrapalhar a correta aplicação da nova lei.

O Estatuto da Cidade atinge qua-

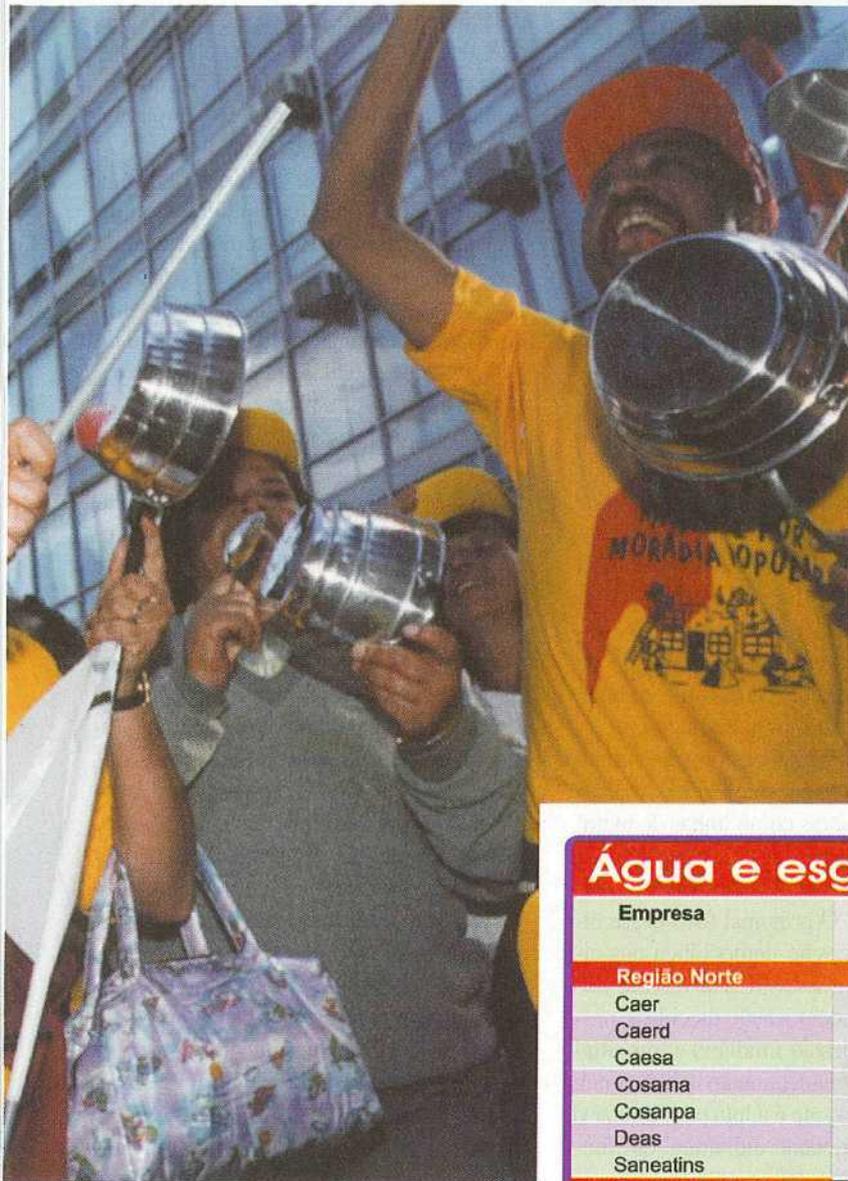
se 80% da população brasileira, com a maior parte desse contingente vivendo em favelas, loteamentos clandestinos e ocupações ilegais. Assim, 40% da população de Recife, 33% de Salvador e 25% de Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre são favelados, num cenário típico da precariedade da condição ambiental urbana. O Estatuto da Cidade, no entanto, beneficia somente os moradores em áreas privadas. Quem possuir terreno ou edificação urbana de até 250m², por cinco anos ininterruptos, sem contestação, utilizando o imóvel para moradia própria ou da família, passará a ter o domínio da propriedade, desde que não possua outro imóvel urbano ou rural. A lei prevê ainda o usucapião coletivo nos casos de área urbana de mais de 250m², ocupada por população de bai-

Seminário debate o direito à cidade em SP

A sociedade brasileira precisa ter mais compreensão do tema reforma urbana. Sob essa ótica, o FNRU (Fórum Nacional de Reforma Urbana) e a Frente Nacional de Prefeitos, com o apoio de diversas entidades ligadas ao tema e com organização da Prefeitura de São Paulo, promovem o "primeiro congresso nacional pelo direito à cidade". O evento será realizado no Palácio das Convenções do Anhembi, em São Paulo, dias 15, 16 e 17 de outubro.

Durante o congresso, prefeitos e representantes de movimentos populares vão debater temas como a plataforma pelo direito à cidade e pela reforma urbana, a adoção de uma política urbana e a gestão democrática das cidades, como forma de garantir o acesso à terra, à moradia, aos bens naturais e culturais a todos os habitantes.

Informações adicionais sobre o assunto podem ser obtidas no site www.direitoacidade.prefeiturasp.gov.br



xa renda para moradia. O texto aprovado pelo Congresso Nacional permitia a regularização de lotes de no máximo 250m² em áreas públicas. Os inquilinos teriam que ocupar os imóveis por no mínimo cinco anos, sem oposição de ninguém. O artigo recebeu veto presidencial. Em seu lugar, o governo federal editou medida provisória limitando a concessão de uso especial para fins de moradia nas áreas públicas que se encontram ocupadas hoje. Ainda assim, a regra valerá apenas para quem se estabeleceu em terreno público antes de 30 de junho de 2001. Essa MP, editada em quatro de setembro, também criou o Conselho Nacional de Política Urbana com o objetivo de propor diretrizes, instrumentos, normas e prioridades da política nacional de desenvolvimento urbano.

Água e esgoto no Brasil		Dados de 1999 últimos disponíveis		
Empresa	Estado	% com água (*)	% com coleta de esgoto	% de água desperdiçada
Região Norte				
Caer	Roraima	104%	13%	55%
Caerd	Rondônia	45%	1%	60%
Caesa	Amapá	57%	7%	69%
Cosama	Amazonas	57%	2%	56%
Cosanpa	Pará	87%	4%	48%
Deas	Acre	49%	0%	68%
Saneatins	Tocantins	94%	1%	46%
Região Nordeste				
Agespisa	Piauí	96%	7%	47%
Caema	Maranhão	99%	25%	67%
Caern	R. G. do Norte	91%	13%	57%
Cagece	Ceará	79%	27%	36%
Cagepa	Paraíba	88%	23%	44%
Casal	Alagoas	68%	13%	53%
Compesa	Pernambuco	99%	21%	50%
Deso	Sergipe	114%	17%	41%
Embasa	Bahia	97%	18%	42%
Região Sudeste				
Cedae	Rio de Janeiro	88%	51%	46%
Cesan	Espírito Santo	94%	16%	27%
Copasa	Minas Gerais	97%	42%	25%
Sabesp	São Paulo	99%	80%	31%
Região Sul				
Casan	Santa Catarina	94%	9%	32%
Corsan	R. G. do Sul	97%	8%	51%
Sanepar	Paraná	99%	37%	28%
Região Centro-oeste				
Caesb	Distrito Federal	98%	94%	21%
Saneago	Goiás	84%	34%	35%
Sanemat	Mato Grosso	82%	1%	61%
Sanesul	Mato G. Do Sul	100%	7%	36%
Total		92,7%	37,5%	38,1%

Fonte: Governo Federal * Da população urbana



Uma das regras é o IPTU progressivo no tempo

O IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) progressivo no tempo está entre os instrumentos mais importantes do Estatuto da Cidade. Essa regra foi estabelecida para combater a especulação imobiliária. A progressividade do IPTU, prevista na Constituição, torna economicamente inviável para o proprietário manter ocioso por muito tempo um terreno em área urbana considerada de interesse social. O objetivo da medida é fazer com que um imóvel cumpra sua função social, de acordo com os locais e prazos definidos pelo Plano Diretor do município. O estatuto autoriza o poder público a cobrar alíquota progressiva do IPTU de proprietários de imóvel subutilizado ou não-utilizado. O proprietário de imóvel ocioso será notificado pela prefeitura para apresentar, em um ano, um projeto de empreendimento. Depois de aprovado, terá dois anos para realizá-lo. Se os prazos forem descumpridos, incidirá sobre o imóvel IPTU progressivo no tempo, com a majoração da alíquota por cinco anos consecutivos. A cada ano, essa alíquota poderá chegar a duas vezes o valor do ano anterior, respeitado o teto de 15%. Se depois de cinco anos a área continuar vazia, o imóvel poderá ser desapropriado.

Outra novidade diz respeito ao Plano Diretor, que passa a ser obrigatório em cidades com mais de 20 mil habitantes. A esse plano caberá definir como a cidade deverá crescer, bem como as áreas reservadas para parques e de preservação ambiental. A comunidade terá de ser consultada e participar da elaboração de cada Plano Diretor. Se assim não for feito, o

governante ficará sujeito a processo por improbidade administrativa.

O Estatuto da Cidade prevê ainda a realização do EIV (Estudo de Impacto na Vizinhança), como forma de medir os efeitos do empreendimento na qualidade de vida das redondezas. As áreas urbanas onde o EIV será aplicado serão definidas por lei municipal. Outras medidas previstas são a parceria entre o poder público e a iniciativa privada em obras como linhas de metro e saneamento básico e a participação da sociedade nas decisões sobre planos e projetos da cidade. O principal foco desse último item é a gestão democrática das cidades, via orçamento participativo. Se é verdade que a democratização da cidade passa tanto pela questão fundiária e imobiliária quanto pelo financiamento habitacional, igualmente relevante é a luta para limitar o direito de propriedade individual em função do interesse coletivo. "Se não houver uma política de financiamento da moradia e de urbanização da cidade, ao lado da li-

mitação ao direito da propriedade individual em função do interesse coletivo, não vamos a lugar nenhum e jamais vamos ordenar o crescimento da cidade", observa a professora Ermínia Maricato.

É sabido, de antemão, que a privatização de serviços públicos como transporte coletivo, fornecimento de água e energia, assistência à saúde e coleta de lixo resulta em mercantilização das necessidades humanas e em crescimento da desigualdade social. Para Maricato, transporte, habitação, saúde e educação são temas que se relacionam à democratização do direito à cidade. "A elaboração da legislação municipal, como no caso o Plano Diretor, poderá ou não evitar interpretações que contemplem exclusivamente os interesses dos lucros privados, fazendo sumir os avanços estabelecidos pelo Estatuto da Cidade", afirma a professora da USP. Agir politicamente é o caminho apontado por Maricato para que o Estatuto da Cidade seja aplicado na prática. "A alternativa deve ser a mobilização da sociedade em cada município".

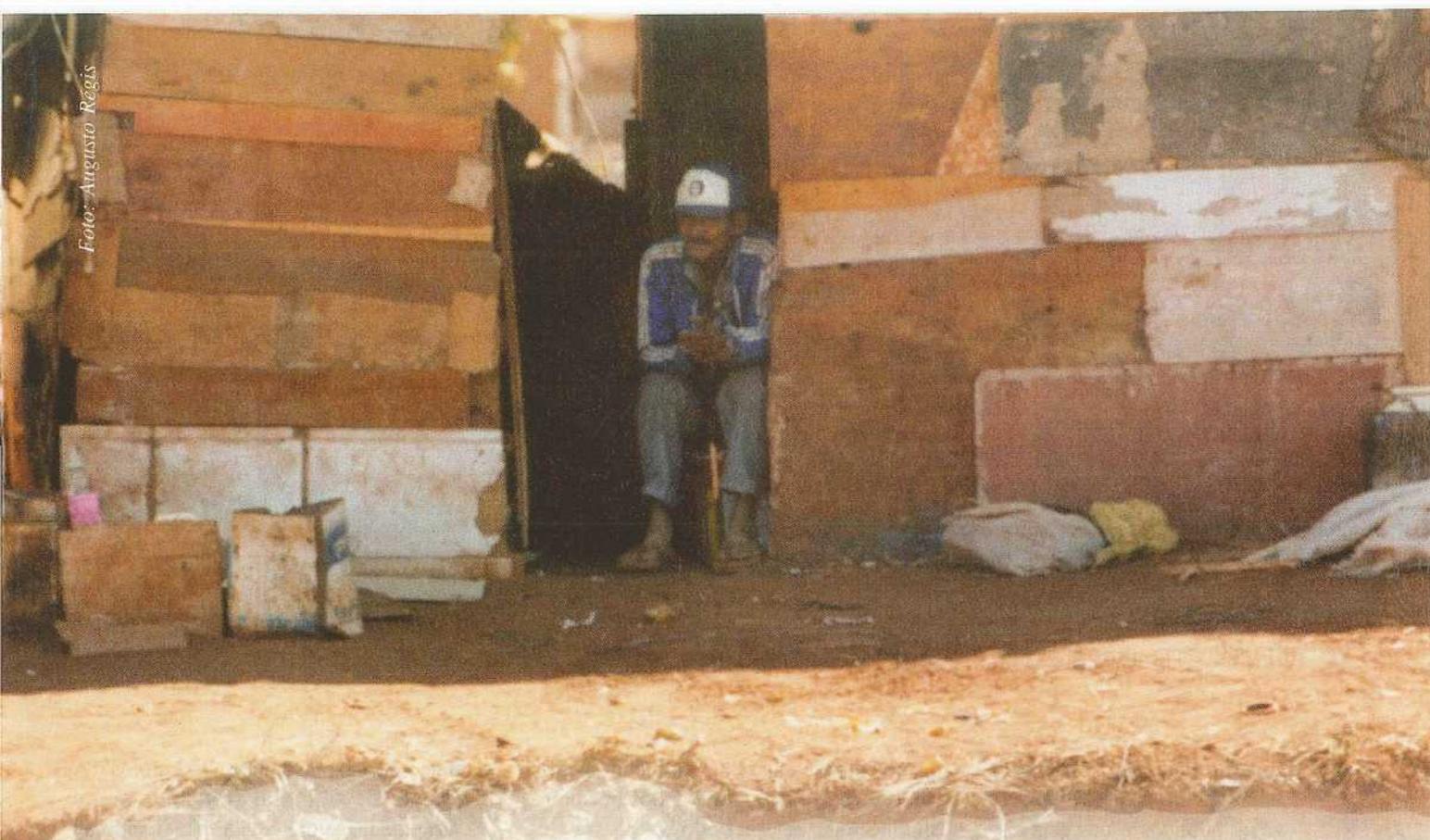
De fato, as cidades podem investir em habitação social, evitar a especulação imobiliária, controlar os aluguéis ou tornar o solo urbano acessível para a construção de moradia popular. Entidades que lutam por uma reforma urbana com vistas a uma equidade social e territorial e a uma garantia da diversidade cultural, a exemplo do FNUR, e ONGs que incentivam a cidadania e a participação popular na gestão democrática das cidades e dos municípios já estão caminhando de mãos dadas com o Estatuto da Cidade.

O FNUR e a gestão das cidades no país

Desde 1993 a Fenae (Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa) participa da coordenação do FNUR (Fórum Nacional de Reforma Urbana), uma congregação de entidades e organizações não-governamentais criada no final da década de 80 para lutar pela reforma urbana.

A participação da Fenae no FNUR se baseia no entendimento de que a prioridade da Caixa é a atuação

voltada para o desenvolvimento social do país. Daí a aproximação com o tema da reforma urbana, que exige uma solução rápida. Na época do Congresso Nacional Constituinte, em 1988, a luta do FNUR foi decisiva para a inclusão dos artigos 182 e 183 da nova Constituição. Esses dois artigos tratam da política urbana. Agora, como parte das iniciativas do FNUR e de outras entidades e personalidades que se preocupam com os problemas urbanos, o Estatuto da Cidade saiu do papel e pode servir de instrumento para a democratização dos municípios brasileiros.



Subsídio ao desenvolvimento urbano é cada vez mais raro

É insuficiente a oferta de moradias novas ou lotes urbanizados a preços compatíveis com os níveis de renda da população. É baixo ainda o investimento em obras de infra-estrutura e saneamento básico destinadas às camadas populares. E a crise se estende até a classe média, às voltas com dificuldades de aluguel e com o colapso do financiamento habitacional. Não obstante, a porta do subsídio oficial ao desenvolvimento urbano é cada vez mais estreita. E hoje, quando se fala em desenvolvimento urbano, no Brasil, é impossível ignorar o nome Caixa Econômica Federal. O peso da Caixa em áreas com forte apelo social, como habitação, saneamento e infra-estrutura, faz da empresa o principal agente promotor do desenvolvimento urbano. A expressão desse papel foi caracterizada no período entre 1995 e 1998, quando a empresa investiu R\$ 13,4 bilhões em fomento.

Esse cenário, porém, tende a ficar cada vez mais raro. A passos largos, como parte do acordo do governo brasileiro com o FMI (Fundo Monetário Internacional), a Caixa se desfigura

como banco social. As premissas desse desmonte estão sendo ditadas pelo pacote do Ministério da Fazenda de reestruturação dos bancos federais, anunciado em 22 de junho. Uma das mais recentes medidas com este objetivo foi adotada em 31 de agosto, quando a diretoria da Caixa suspendeu três linhas de financiamentos habitacionais destinadas à classe média. Essa cruzada contra a carteira imobiliária da empresa, estimada em mais de R\$ 50 bilhões, atinge 1,3 milhão de contratos. A Caixa detém 50% do total de financiamentos habitacionais do país, sendo responsável por 95% daqueles destinados à população de baixa renda.

Ao fechar os cofres dos financiamentos de moradia à classe média, a Caixa provoca uma desorganização do mercado imobiliário no país. Somado a isso, a empresa decidiu patrocinar a antecipação de receitas da privatização de companhias estaduais de saneamento, como ocorreu recentemente com o estado de Pernambuco. Esse comportamento da Caixa é desastroso para o desenvolvimento urbano brasileiro. O argumento utilizado para levar adiante essa meta é a busca de solução para o seu déficit patrimonial. Não é difícil

descobrir que, concebido sob uma ótica exclusivamente financeira, o funcionamento dos programas sociais conduzidos pela Caixa irá excluir as camadas mais necessitadas da população. Atendê-las indiscriminadamente, segundo a lógica dominante hoje no governo Fernando Henrique Cardoso, seria incorrer em 'irracionalidade financeira'.

A retirada da Caixa do crédito habitacional produz um vácuo sem precedentes no destino do desenvolvimento urbano. É de conhecimento público que a Caixa, a despeito de suas sucessivas diretorias de plantão, sempre atuou como principal agente no financiamento de políticas urbanas. Mas a cada dia, a empresa tem desvirtuado mais a mais a sua missão social, afastando-se do seu papel de promotora do desenvolvimento urbano. Se o Estatuto da Cidade representa um avanço para a gestão urbana, o desmonte da Caixa como banco social joga mais lenha na fogueira das dificuldades para a aplicação desta nova lei. Também neste caso se vê a mão de uma política: a lógica de transferência de recursos do setor público para o privado. E este filme, visto em outras épocas, já se mostrou ineficaz para frear as desigualdades sociais das cidades brasileiras.



Reação à farsa das negociações

Governo monta circo nas mesas de negociações e quer que empresários endureçam ainda mais com os trabalhadores na hora de discutir salários

O governo FHC não só impôs o achatamento salarial nos serviços públicos e nas estatais, ao longo dos últimos sete anos, como também vem cobrando do setor empresarial a mesma postura agressiva em relação aos trabalhadores.

Reajuste de salários - mesmo significando apenas a reposição de perdas decorrentes da inflação - passou a ser considerado impróprio, palavão, devaneio... O presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e tesoureiro nacional da CUT, João Vaccari Neto, lembra que desde 1994 não há no país qualquer lei sobre rea-

justamente de salários, "enquanto a inflação esteve presente na vida dos brasileiros durante todo esse período".

A lei que tem vigorado é a do salve-se quem puder. E tome aumento de tarifas, inflação mascarada, estabilidade forjada, farra com o dinheiro público, corrupção descarada, impunidade e... mais recessão, desemprego, violência, prostituição, miséria, fome!

Cruzada contra direitos

A modernidade neoliberal não se limita ao achatamento salarial e à redução do nível de emprego. A era FHC pauta-se também por ataques contundentes a conquistas e direitos históricos dos trabalhadores. O artigo 7º da Constituição Federal, que trata dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, é posto de lado conforme a conveniência dos patrões, seja no setor público ou na iniciativa privada. A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a cada dia que passa, tem uma de suas páginas jogadas na lata de lixo - a palavra mágica dos "tempos modernos" é desregulamentação. Convenções da Organização Internacional do Trabalho têm sido solenemente ignoradas.

As representações sindicais dos trabalhadores têm travado uma batalha de titãs em torno de direitos básicos que, a todo ins-

tante, são desrespeitados. Exemplos? A jornada de trabalho freqüentemente extrapolada, sem o devido pagamento de horas extras. A contratação fraudulenta de mão-de-obra sob o disfarce de terceirização de serviços. A ausência de medidas de prevenção às doenças ocupacionais e a falta de assistência aos trabalhadores com lesões por esforços repetitivos. A precarização ou mesmo a retirada de direitos previstos em acordos coletivos de trabalho, como a assistência à saúde, segurança, ascensão profissional, participação nos lucros e resultados, liberdade de organização e de expressão, entre outros. Também os direitos previdenciários são atingidos por iniciativas do governo.

Farsa nas negociações

Preso que está aos compromissos assumidos com o FMI, o governo vem encarando as negociações trabalhistas como mero cumprimento de formalidades. Seus representantes sentam à mesa com os trabalhadores para nada acertar, nada decidir. Depois vêm as medidas provisórias e as determinações unilaterais para impor o que diz a cartilha recebida de fora pelo Ministério da Fazenda.

Essa postura do governo cria também uma situação de extrema dificuldade nas negociações com o empresariado. "O governo tem pressionado os empre-



João Vaccari Neto



Conferência Nacional dos Bancários decide unificar as campanhas salariais dos bancos privados e públicos

sários para que eles façam a mesma coisa que ele está fazendo. Tem dito para que aumentem as exportações não em condições normais - com boas condições de trabalho, de saúde e com ganhos salariais -, mas sim com o escalpo dos trabalhadores", diz João Vaccari.

O sindicalista alerta para o fato de que, junto com o férreo controle dos salários, o governo vem promovendo também a destruição dos serviços públicos, a privatização de estatais e a redução drástica de investimentos em todos os setores sociais. "É só olhar em volta pra ver que cada dia mais aumentam as doenças, a quantidade de pessoas sem habitação, sem água tratada, sem esgoto, sem transporte público, sem energia elétrica... A energia é um exemplo clássico disso: a população cresce e não estão crescendo junto os investimentos no setor".

Unificação de campanhas

Para enfrentar as manobras do governo e as dificuldades impostas pelos empresários nas mesas de negocia-

ção, a CUT reforçou este ano a estratégia da unificação das campanhas salariais do segundo semestre. Bancários, metalúrgicos, petroleiros, químicos, funcionários públicos e trabalhadores de diversos outros setores estão buscando sincronizar suas ações em defesa do salário, do emprego e de direitos obtidos com suas lutas.

Entre os bancários, a decisão foi a de realizar uma campanha que assegure a aplicação de uma só convenção coletiva - a que é negociada com a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) - para todos os segmentos. Se nos anos anteriores os bancários do setor privado negociavam com a Fenaban e os do setor público com as respectivas direções de suas empresas, este ano estão todos no mesmo barco.

O objetivo é acabar com o circo montado pelas direções dos bancos públicos nas campanhas salariais dos anos anteriores e reforçar também mobilização contra as dificuldades impostas pelos banqueiros.

Os bancários da Caixa Econômica Federal decidiram, inclusive, não

mais apresentar pauta de reivindicações à direção da empresa. Vão exigir o cumprimento daquilo que for negociado entre a Fenaban e a representação nacional dos bancários. O presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo explica que, pela lei, todos os bancos (privados e públicos) têm de cumprir a convenção assinada com a Fenaban, exceto quando os bancários negociam em separado - como vinha ocorrendo no Banco do Brasil e na Caixa - e aceitam incluir no acordo específico uma cláusula de renúncia à convenção nacional da categoria.

Como não foi apresentada pauta à direção da Caixa e não há sequer acordo assinado para o período de set/2000 a set/2001, por conta da intransigência e da farsa montada pela direção da empresa na campanha salarial do ano passado, a referida cláusula de renúncia à convenção nacional está descartada. Os bancários da Caixa estão determinados a buscar a aplicação da convenção nacional da categoria e vão perseguir esse objetivo através da mobilização e de ações judiciais.

Novas regras para os fundos de pensão

Representações dos trabalhadores cumprem importante papel no processo de regulamentação das leis aprovadas pelo Congresso Nacional

As discussões sobre a lei complementar 109, que estabelece as regras gerais para os fundos de pensão chegam ao fim. O decreto regulamentador traz novos parâmetros para o sistema de previdência complementar e novos temas foram incorporados ao regime, como são os casos da portabilidade e do benefício proporcional diferido.

A portabilidade faculta ao participante ativo movimentar suas reservas de um plano de benefícios para outro. Já o benefício proporcional diferido faculta ao participante, no caso de seu desligamento do patrocinador ou do instituidor antes da aquisição do direito ao benefício programado pleno, usufruir de um benefício de aposentadoria programada proporcional ao respectivo tempo de vinculação ao plano.

A nova lei faculta também o resgate de 100% das parcelas pagas pelo trabalhador ao fundo. Na verdade, esse direito já havia sido consolidado em 1996, com o decreto 2.111, porém poucas entidades adaptaram seus regulamentos. Atualmente a maioria dos regulamentos das fundações, como no caso da Funcef, o fundo de pensão dos empregados da Caixa, permite o saque de, no máximo, 70% das suas contribuições vertidas pelo participante.

Anapar lidera reivindicações dos trabalhadores

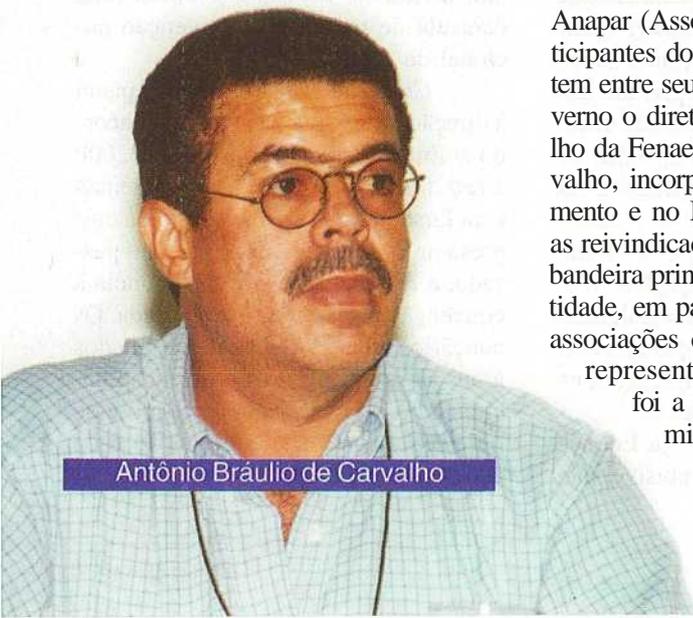
A intervenção das entidades representativas dos trabalhadores ativos e aposentados foi marcante neste processo de regulamentação. Desde a tramitação no Congresso Nacional até o detalhamento do novo texto legal, a Anapar (Associação Nacional dos Participantes dos Fundos de Pensão), que tem entre seus negociadores com o governo o diretor de Relações do Trabalho da Fenae, Antônio Bráulio de Carvalho, incorporou e debateu no Parlamento e no Ministério da Previdência as reivindicações dos trabalhadores. A bandeira principal empunhada pela entidade, em parceria com os sindicatos, associações de aposentados e demais representações de participantes, foi a exclusão do artigo 10 da minuta do decreto, que incorporava os efeitos do

decreto 3.721/01, elevando o limite de idade para 65 anos nos planos de benefício definido, e para 60 nos planos de contribuição definida.

Apesar de todos os esforços das entidades, a nova regulamentação traz alguns desvios de conceito. Na opinião de Antônio Bráulio, ela privilegia a concepção de contribuição definida em desfavor do benefício definido, "o que descaracteriza o caráter previdenciário dos fundos de pensão". O benefício definido garante ao participante a complementação integral de seu salário, enquanto que a contribuição definida funciona como uma mera poupança programada. "O contribuinte sabe quanto vai pagar, mas não sabe quanto vai receber. Depende da administração e da rentabilidade dos fundos. E o mais grave é que mesmo transferindo a responsabilidade integralmente aos participantes, as empresas (patrocinadoras) insistem em continuar administrando sozinhas os fundos de pensão, dispondo-se dos recursos das fundações para interesses nem sempre recomendados pelos trabalhadores".

Em busca de uma gestão democrática

Os trabalhadores se preparam para partilhar com as empresas a gestão dos bilhões em recursos financeiros movimentados pelos fundos de pensão. A lei



Antônio Bráulio de Carvalho

108 , que trata dos fundos fechados, como Petros (da Petrobrás), Previ (do Banco do Brasil) e Funcef (da Caixa Econômica Federal), estabelece o prazo de um ano, a partir de maio de 2001, para que as fundações reformulem seus regulamentos e estatutos e garantam a presença dos participantes. Serão três representantes eleitos entre os seus pares para o Conselho Deliberativo e dois para a Conselho Fiscal. A patrocinadora também indica três conselheiros, dentre os quais o presidente do Conselho, com voto de qualidade.

O Conselho Fiscal será composto por quatro pessoas, com presidência ocupada por um dos eleitos, também com voto de qualidade. A diretoria executiva será definida pelo Conselho Deliberativo.

Antônio Bráulio critica, porém, o fato de o governo impor o voto de qualidade no Conselho Deliberativo e no Conselho Fiscal dos fundos, o que desvirtua a tão almejada democratização nos órgãos de gestão dessas entidades. Além disso, um ponto fundamental, e que continuará ainda indefinido, é a forma de composição da Diretoria Executiva. As representações dos participantes exigem a paridade também neste caso, mas a nova lei omitiu-se a esse respeito e transferiu a responsabilidade para os futuros conselheiros.

Migração de planos atenta contra direitos adquiridos

Os processos de migração da modalidade de planos de benefício definido para os de contribuição definida propostos por várias empresas estão merecendo atenção redobrada da Anapar. Todos os programas guardam estreita relação no objetivo de liberar as patrocinadoras das dívidas passadas e dos compromissos futuros assumidos com os associados. No caso da Funcef, a tentativa de transferir os participantes de Replan para o REB se arrasta desde 1999. O movimento dos empregados tem se posionado reiteradas vezes contrário à proposta da Caixa, por entender que esse é mais um ataque da empresa aos consagrados direitos e conquistas dos empregados.

Bráulio afirma que as empresas estão desenvolvendo uma verdadeira guerra, com chantagens e ameaças para convencer associados a passar de um plano para o outro. As empresas estão oferecendo "prêmios" em dinheiro como incentivo à migração, valendo-se das dificuldades financeiras para influenciar na decisão, principalmente dos assistidos. No caso da Caixa, para livrar-se dos apo-

sentados, oferece pagamento dos abonos concedidos aos ativos, atualização dos benefícios, saques antecipados de 10% da reserva e até redução das parcelas de contribuição. Para os empregados da ativa vale-se das ameaças de demissão, ainda que dissimuladas.

O diretor da Anapar e da Fenae ressalta que a crise econômica e o medo do desemprego têm favorecido o discurso das empresas em favor das migrações, mas recomenda cautela aos participantes: "É preciso resistir às seduções das empresas, que buscam simplesmente transferir para os empregados todos os ônus de eventuais déficits, além de calotear as dívidas passadas com o fundo de pensão".

Bráulio reconhece a necessidade de ajustes nas projeções da Funcef. E salienta que a Fenae já se colocou como parte interessada em encontrar soluções para a fundação, bastando para isso disposição da Caixa em negociar. A seu ver, "qualquer decisão que não seja amplamente discutida com os representantes dos ativos, aposentados e aprovada em assembleia, encontrará grande resistência e dificilmente será implementada".

"Empresas fazem da mudança de planos uma guerra"



Parlamentares e representantes dos trabalhadores se reúnem com o ministro da Previdência, Roberto Brant

PARA BERNARDI



Saneamento público, municípios e Constituição

Em fevereiro deste ano, o governo encaminhou ao Congresso Nacional o PL 4.147/2001, que reformula o sistema de saneamento básico no país, atualmente tramitando em regime de urgência. A proposta foi apensada a outro projeto, de autoria de meus colegas deputados Maria do Carmo Lara e Sérgio Novaes, e está sendo discutida por uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

O projeto do governo é inconstitucional e, se aprovado, vai trazer graves problemas para a população, pois o que pretende é a retirada da competência municipal sobre o saneamento e a privatização do sistema, acarretando monopólio privado e aumento de tarifas.

O saneamento básico compreende cinco áreas: abastecimento e distribuição de água, eliminação e tratamento das águas servidas (esgotos), coleta e destinação final de lixo, drenagem pluvial urbana e controle de vetores de doenças. Não obstante, o projeto classifica saneamento básico como envolvendo

apenas água e esgoto (art. 2.º, I).

O projeto já contradiz a Constituição em seu pressuposto, uma vez que nossa Carta Maior, em seu artigo 21, inciso XX, diz que é competência da União fixar apenas diretrizes para o saneamento básico. Entretanto, o projeto é uma verdadeira lei específica, uma carta de imposição de obrigações estados, municípios e Distrito Federal, que afronta totalmente o princípio da autonomia dos entes da Federação.

Um dos pilares do projeto é a transferência da titularidade dos serviços dos municípios para os estados. O escopo da proposta do governo é o de estimular as fusões administrativas no setor de saneamento, concentrando a titularidade nas mãos do Estado, dentro da chamada gestão associada (art. 3.º, § único, e art. 15, caput). Tanto é que a União priorizará o financiamento ao saneamento básico que se enquadrar nessa modalidade (art. 36, § 5.º).

Quanto ao caráter privatizante, basta citar o artigo 31 - verdadeiro

paroxismo de proteção aos investidores privados, pois busca dificultar a inadimplência permitindo que o fornecimento de água seja cortado caso o usuário deixe de pagar a conta por três meses seguidos. Ora, o fornecimento de água é serviço essencial, e o Código de Defesa do Consumidor veda a que os serviços essenciais possam ser negados, em qualquer hipótese. Se o consumidor de serviços públicos como água estiver inadimplente, a empresa - seja pública ou privada - tem a seu dispor outros meios, previstos em lei, para cobrar a dívida. Nunca, porém, poderá deixar de prestar o serviço. O Judiciário já firmou posição nesse sentido.

Por todos esses fatores, acreditamos que a proposta do governo precisa ser discutida de forma aprofundada, dentro e fora do Congresso Nacional. Nossa luta está sendo no sentido de realizar modificações nesse projeto que levem em conta os interesses maiores da população e não apenas os do capital privado. No mesmo sentido, nosso empenho está sendo o de preservar a autonomia dos demais entes da Federação, especialmente a dos municípios.

Como tramita em regime de urgência, essa legislação estará pronta daqui a alguns meses. É preciso que todos atentemos para o que está acontecendo nessa área. Os desastres das privatizações de outros setores, como o da energia elétrica, com seus apagões e tarifas altíssimas, podem se repetir. A água pode faltar. E aí será tarde.

Lara Bernardi é deputada federal (PT/SP), membro da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados, Vice-líder do PT na Câmara dos Deputados e 2ª Vice-presidente Nacional do PT



Barroco

Marco da urbanização e da civilização

Movimento influencia o estilo brasileiro de viver e de morar

Barroco é o maior e mais rico movimento cultural brasileiro e marca o início da urbanização e da civilização do país, no século XVII. O ciclo da cana-de-açúcar dava lugar ao ciclo do ouro, e a riqueza proporcionada pelo metal atraiu para a nova colônia portuguesa uma elite política e religiosa que trazia, na bagagem, as influências do movimento artístico que já estava em pleno vigor na Europa.

Nascido sob a inspiração da Contra-Reforma da Igreja Católica, o movimento Barroco tentava dar um sentido mais emocional e espiritual ao Renascimento, estilo até então predominante nas artes

plásticas, onde o que se buscava era desvendar e codificar a regra do mundo. Traduzindo: enquanto o Renascimento era acadêmico e científico, o Barroco era espontâneo, artesanal e multifacetado.

Trouxe de volta as cores fortes para a escultura e a pintura, as curvas e os arabescos para a arquitetura e a decoração de interiores, e um afã religioso nos ritos e costumes da Igreja Católica, misturando tradição e folclore, pincelando com os costumes locais o estilo que se importava da Itália, da Espanha e de Portugal.

Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul receberam a influência do Barroco, mas foi em Minas Gerais que o estilo marcou seu apogeu e glória, tanto na arquitetura quanto na escultura. O período Barroco mineiro, iniciado como nos outros estados na segunda metade do século



XVII, dominou todo o século XVIII e parte do século XIX, e até hoje influencia o estilo brasileiro de viver e morar.

O uso de santos e móveis antigos na decoração, o gosto pelos telhados de várias águas nas construções das casas, os tapetes de lã com motivos florais, os pontos de cruz nos bordados dos panos de cozinha, a preferência pela madeira e a opção pelas cores fortes, mesmo na arquitetura contemporânea, traduzem a força do estilo Barroco na formação da cultura brasileira.

Na opinião do arquiteto colombiano/bra-siliense César Barney, que fez parte da equipe de Lúcio Costa e Oscar Niemayer na construção de Brasília, o Barroco é um estilo que só vale para aquela época. "Ele é bonito e tem seu

"O Barroco nasceu numa época em que sobravam dinheiro e tempo"

valor, mas naquele ambiente específico, como em Ouro Preto, onde o movimento que nascia na Europa encontrou os materiais propícios para se expandir, como a pedra sabão, muito fácil de ser esculpida, e o ouro em grande quantidade", diz o representante da moderna arquitetura da capital federal.

"O Barroco nasceu numa época em que sobravam dinheiro e tempo, e não havia preocupação com as habitações populares. É um estilo para igrejas, com toda aquela pompa. As casas brasileiras da época, mesmo as gran-

des fazendas, eram mais simples e despojadas, e definiram um outro estilo do século XVIII, o colonial, muito mais presente na arquitetura brasileira contemporânea", acredita Barney.



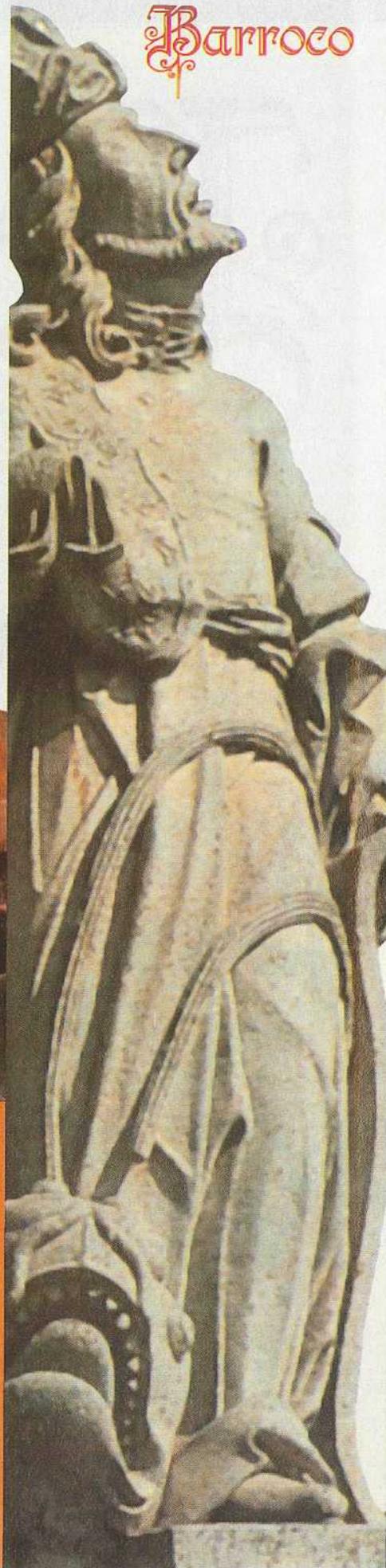
Exaltação da fé religiosa na literatura brasileira

O Barroco também influenciou a literatura dos séculos XVII e XVIII. No Brasil, a obra do escritor Bento Teixeira, "A Prosopopéia" (1.601), é considerada o marco do movimento artístico e cultural, mas foram os "Semiões", de Padre Antônio Vieira, que melhor definiram a incorporação

do estilo cuja principal característica era a exaltação da fé religiosa.

O poeta Gregório de Mattos e o romancista Manuel de Santa Maria, autor de "Descrição da liba de Itaparica", são os outros dois expoentes da obra literária barroca brasileira. Mas a literatura não chegou a se caracterizar como movimento, como ocorreu na arquitetura, na pintura, na escultura e nos costumes religiosos.

Barroco



Referências para o Novo Mundo

A diretora do Museu de Arte Brasileira, Maria Izabel Branco Ribeiro, escreveu que o Barroco que chegou à América portuguesa já era híbrido. Trazido com o catecismo das ordens religiosas, serviu de quadro de referências para a leitura do mundo, vale dizer, do Novo Mundo, onde o significado relacionava-se ao da metrópole". No Brasil, segundo ela, o Barroco sofreu as influências de outros grupos culturais. Caso exemplar são as obras de Frei Agostinho da Piedade, na Bahia, com traços indígenas.

Izabel ressalta ainda que as obras das cidades litorâneas tiveram mais in-

fluência portuguesa do que as do interior, onde as peças eram rústicas e artesanais. As mais requintadas, na sua opinião, são as esculturas feitas na Bahia e no Rio de Janeiro. Enquanto em todos os estados a madeira era o material preferido dos escultores barrocos, em São Paulo predominou o barro, "responsável pela rusticidade expressiva de seus resultados".

No Rio Grande do Sul, as imagens feitas nas missões jesuíticas trazem a influência espanhola e os traços indígenas dos escultores Guaranis, enquanto o Barroco mineiro apresenta absorções do estilo Rococó, explicadas pelo apogeu da

mineração, que favoreceu o acolhimento daqueles padrões de luxo e riqueza.

"O Barroco no Brasil" - conclui a curadora - levou adiante algumas características de sua matriz portuguesa, tais como a familiaridade com o divino, a exuberância e exaltação da sensualidade das formas. Tornou de dupla mão a comunicação entre religioso e profano, bem como ampliou sua ação ao contato entre popular e erudito. Se o fausto do ornato deslumbrava os sentidos e possibilitava que a glória divina fosse intuída pelo homem da rua, permitia também que o Cotidiano fosse sacralizado".

A obra e o mestre imortalizados

As cidades mineiras do ciclo do ouro - Diamantina, Congonhas do Campo, Ouro Preto, Sabará e Mariana - são as principais representantes do Barroco brasileiro, mas Ouro Preto se destaca pelo conjunto arquitetônico e pela riqueza de suas igrejas, a maioria trabalhadas por Antônio Francisco Lisboa, o mestre Aleijadinho, maior expoente brasileiro do estilo que influenciou o país por quase três séculos.

Mestre da madeira e da pedra sabão, Aleijadinho traduziu como ninguém os contrastes do Barroco em imagens com expressões patéticas e dramáticas, onde se destacam os olhos arregalados, os narizes retos e alongados, os lábios entreabertos, o queixo pontegudo e o pescoço alongado. Muitos historiadores dizem que o mestre mineiro imortalizou, com o cinzel e o formão, muito da dor física que sentia com sua estranha doença, que lhe deformava os membros e lhe rendeu o apelido.

Nascido em 1738, Aleijadinho teve vários escravos e auxiliares, produzindo intensamente, apesar da deficiência física. Sua obra mais monumental são os 12 profetas em pedra sabão da Igreja Matriz de Congonhas do Campo, onde ele também

esculpiu em tamanho natural os Passos da Paixão de Cristo.

Mas foi em Ouro Preto que ele deixou a maior quantidade de obras, e o conjunto mais harmonioso do movimento artístico, graças a mais outros dois gênios da época: o pai do escultor, o arquiteta Manoel Francisco Lisboa, responsável pelos projetos e edificação das igrejas, e o pintor Manoel da Costa Athayde, autor dos principais afrescos dos tetos e altares. O trio fez da antiga Vila Rica a cidade mais representativa do Barroco brasileiro, um museu vivo protegido internacionalmente pela Unesco, que elevou a cidade a Patrimônio Cultural da Humanidade em 1980.



A odisséia de uma cantora sem medo

Em 1966 com a ditadura implantada no país, uma voz se levantou para pedir a anistia dos cassados, a volta dos militares aos quartéis e a extinção das Forças Armadas, que "não servem para nada". Mas não era a declaração de nenhum político exilado ou guerrilheiro kamikase. O brado antimilitarista saía da voz delicada de uma frágil mocinha da zona sul chamada Nara Lofego Leão, uma capixaba criada no Rio, que dois anos antes já assombrara a direita com o disco e show chamados Opinião, de onde saíam petardos como o samba título de Zé Ketí ("podem me prender/ podem me bater/ que eu não mudo de opinião") e o rasante baião Carcará de João do Vale ("pega, mata e come!"). Sua prisão chegou a ser pedida, enquanto a classe artística se movimentava para defender a cantora que foi musa da bossa nova, mas propagou o samba de compositores ditos "de morro" como Cartola, Elton Medeiros e Nelson Cavaquinho além de impulsio-

onar iniciantes como Chico Buarque, Paulinho da Viola, Sidney Muller, Sueli Costa, Nelson Rufino e muitos outros. A trajetória da tímida jovem de franjinha e minissaia que acabou exilada no final dos 60 (e em Paris gravou finalmente um disco duplo de bossa nova) é resgatada no livro do historiador Sérgio Cabral, Nara Leão, uma biografia (Editora Lumiar, 298 pgs.).

O jornalista musical que já biografou de Almirante a Ary Barroso, Tom Jobim e Elizeth Cardoso, além de inventariar as escolas de samba cariocas, radiografa a origem de classe média alta da cantora cujo pai era um advogado bem sucedido e a mãe amante da música e da pintura. No apartamento na avenida Atlântica, numa Copacabana ainda princesinha do mar, Nara reúne uma turma de amigos que daria início à bossa nova. Do primeiro namorado ainda na adolescência, Roberto Menescal, com quem compartilhou os primeiros acordes de violão (aprendidos com o veterano cantor e mestre Patrício Teixeira) ao futuro parceiro deste em clássicos como O barquinho, o letrista

Ronaldo Bôscoli que também seria seu namorado, além de Baden Powell, Luís Carlos Vinhas, Luís Eça, Tom Jobim e até mesmo João Gilberto. Dessa primeira turma, ela passaria para o lado engajado da bossa nova de Carlos Lyra, do cineasta e letrista Ruy Guerra (outro namorado) e Sérgio Ricardo, cujo ideário concentrava-se no CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE (União Nacional dos Estudantes). A carreira, sempre orientada por uma prodigiosa intuição musical, a levaria depois da canção de protesto ao tropicalismo (gravou Lindonéia, composta para ela por Caetano Veloso no disco Manifesto do Movimento) ao samba, ao choro (com os grupos Os Carioquinhos e Camerata Carioca) à moderna canção nordestina e de novo à bossa nova já nos últimos discos, em parceria reatada com Roberto Menescal.

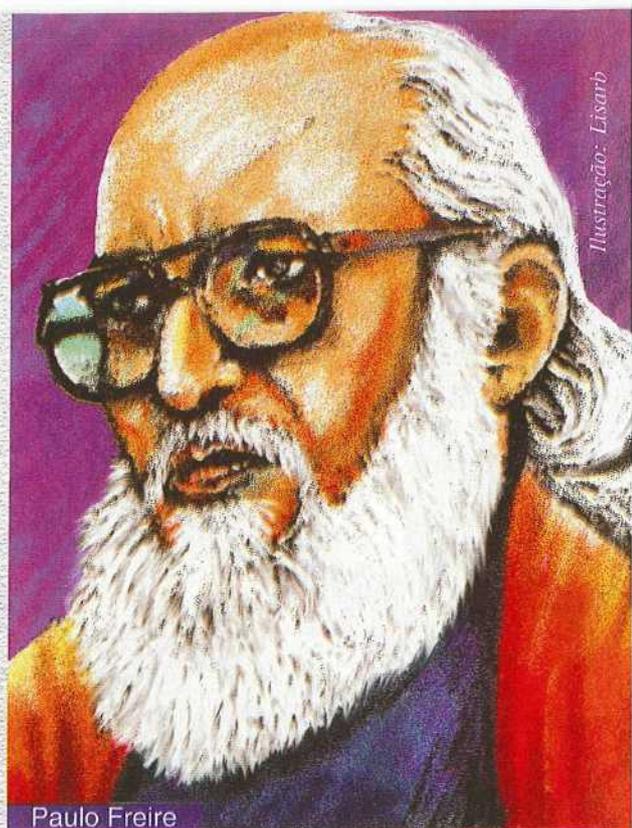
Vítima de um tumor no cérebro que a atormentou durante dez anos, a brava Nara, assim como enfrentou os militares, assinou manifestos e foi até destituída da presidência do júri de um festival da canção, não se intimidou com a doença. Foi fiel até o fim à mensagem da faixa de abertura de seu disco de estréia, a Marcha da Quarta Feira de Cinzas: "E no entanto é preciso cantar/ mais que nunca é preciso cantar/ é preciso cantar e alegrar a cidade".

Tárik de Souza,

Jornalista 

"Os homens se libertam em comunhão"

Paulo Freire viveu para a educação libertadora dos oprimidos



A educação como prática de liberdade dá nome a um dos livros do filósofo e educador pernambucano Paulo Freire, e sintetiza sua proposta pedagógica até hoje não implantada totalmente no país. Ameaçadora para as elites econômica e cultural, a idéia rendeu-lhe um exílio de 16 anos, muitos livros, 27 títulos de doutor "honoris causa" em universidades brasileiras e estrangeiras, reconhecimento e respeito internacionais.

Nascido Paulo Reglus Neves Freire no dia 19 de setembro de 1921, em Recife, o professor teve seu primeiro trabalho no Sesi (Serviço Social da Indústria) e no Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife. Sua filosofia educacional foi tema da tese do concurso para a universidade pernambucana, em 1958, e aplicada pela primeira vez na alfabetização de adultos no município de Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1963.

A metodologia por ele desenvolvida foi muito utilizada no Brasil em campanhas de alfabetização, mas o golpe militar de 1964 entendeu que a sua proposta subvertia a ordem instituída. Paulo Freire foi preso e exilado no Chile. Lá, trabalhou em programas de educação de adultos no Instituto Chileno de Reforma

Agrária, e escreveu sua principal obra, "Pedagogia do Oprimido".

Em 1969 mudou-se para os Estados Unidos e lecionou na Universidade de Harvard. No ano seguinte foi para a Suíça, onde trabalhou como consultor especial do departamento de educação do Conselho Mundial das Igrejas em Genebra. Nesse período, deu consultoria educacional junto a vários governos do Terceiro Mundo, principalmente na África.

Com a anistia, Paulo Freire retornou de vez para o Brasil, lecionando na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Filiado ao PT desde a fundação do partido, foi secretário de Educação de São Paulo no governo da prefeita Luiza Erundiná. Trabalhou para reduzir o analfabetismo na cidade, adequar o currículo à realidade dos estudantes e para melhorar os salários dos professores.

Um mês antes de sua morte, aos 76 anos de idade, em maio de 1997, lançou seu último livro, "Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática

educativa". Deixou para o mundo as seguintes obras: "Educação: prática da liberdade"; "Pedagogia do oprimido"; "Cartas à Guiné-Bissau"; "Pedagogia da esperança"; "À sombra desta mangueira".

Simple, mas revolucionário, o Método Paulo Freire propõe uma educação que respeite a cultura e a individualidade das pessoas, desenvolva a autoestima e promova a igualdade social, ma-

tando no oprimido o opressor que teima em aceitar o preconceito, a discriminação, a exploração de classes e um lugar menor no mundo. É o conhecimento como fator de libertação e de transformação.

Paulo Freire dizia que a consciência do oprimido encontra-se imersa no

mundo preparado pelo opressor, dividindo-se em duas: de um lado, ela aceita os valores e a ideologia do dominador. De outro, tem desejo e necessidade de libertar-se. "Trava-se assim, no oprimido, uma luta interna que precisa deixar de ser individual para se transformar em coletiva porque ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão".

Para o regime militar, proposta de Freire subvertia a ordem instituída





Esgoto nosso de todo dia

Descaso com saneamento degrada as condições de vida, gera doenças e leva crianças à morte

Acena é comum no Brasil: água de esgoto correndo a céu aberto nas favelas, periferias e pequenos municípios do interior, ou rios poluídos cortando as cidades, provocando enchentes e inundações.

De acordo com dados do próprio governo federal, apenas 40% da população brasileira é atendida por rede de coleta de esgotos e somente 10% do que é coletado recebe tratamento. Ou seja, também o que sai das casas que têm rede de esgoto acaba

poluindo o meio ambiente e ameaça do mesmo jeito a saúde da população, uma vez que não tem destinação final adequada.

As doenças provocadas pela falta de redes de esgoto são muitas: cólera, esquistossomose, tracoma, febre tifóide, leptospirose, hepatite, diarreias, gastroenterite e infecções da pele. Segundo dados do Ministério da Saúde, somente no período entre 1995 e 1999, 3,4 milhões de internações no Sistema Único de Saúde (SUS) foram provocadas por doen-

ças relacionadas às deficiências de saneamento no Brasil.

O saneamento adequado pode reduzir em pelo menos 80% os casos de febre tifóide e paratifóide; em até 70% os registros de tracoma e esquistossomose; e em 50% as verminoses e as diarreias, dizem os estudos do Ministério da Saúde. No entanto, de 1994 a 1996 o governo federal aumentou em apenas 1% os serviços de coleta de esgoto no Brasil.

Este descaso com o saneamento básico é apontado pela ONU (Organização das Nações Unidas) como uma das causas principais do baixo IDH (índice de Desenvolvimento Humano) em mais de mil municípios brasileiros, e o alto índice de mortalidade infantil.



Quanto mais água, mais esgoto

Ninguém discorda que o fornecimento de água tratada à população é fundamental para a redução de doenças e a melhoria da qualidade de vida, mas se a rede de saneamento não for completa, a água encanada agrava ainda mais a questão do esgoto. De acordo com dados da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, cada metro cúbico de água utilizada produz outro metro cúbico de esgoto sanitário. Ao levar a rede de abastecimento de água para uma população, o poder público está implantando pequenas fábricas de esgoto nas casas atendidas, se não cria a rede de coleta e destinação final dos dejetos.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Brasil possui atualmente 41,8 milhões de domicílios, dos quais 10,3 milhões não possuem água encanada nem rede de esgoto. Cerca de 18,7 milhões têm rede de água e esgoto, mas nem sempre o esgoto é tratado, sendo despejado em córregos e rios. Exemplo disso são os rios Tietê, em São Paulo, e Arrudas, em Belo Horizonte, que cortam as cidades exalando mau cheiro, causando a proliferação de insetos e roedores que transmitem doenças à população, e provocando verdadeiras calamidades pú-

Obras de saneamento não dão retorno eleitoral

blicas no período de chuva.

Os 12,8 milhões de domicílios restantes têm água tratada mas não têm esgoto nenhum e despejam diariamente os dejetos dos moradores em esgotos sanitários a céu aberto, ou em fossas mal construídas, que apresentam elevado potencial de contaminação do solo e dos lençóis freáticos. Os que não têm água nem esgoto poluem duplamente a natureza - primeiro o solo e depois a água dos poços de onde se abastecem, criando um círculo interminável de contaminação e reinfecção, porque os agentes causadores das doenças encontram sempre ambiente fértil para se reproduzirem.

O presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, Fausto de Marcos Rabelo Filho, aponta a questão política como a principal causa dos baixos investimentos em tratamento de esgoto no Brasil. "São obras que não dão retorno eleitoral, principalmente porque são mal compreendidas pela população", diz ele. "As pessoas não gostam de pagar taxa de água, muito menos de esgoto. Elas pensam que estão dando dinheiro para as companhias de saneamento, e não entendem que estão investindo em saúde", argumenta.



Correr, saltar e lançar objetos

O atletismo é um esporte ao alcance de todos, mas carece de incentivo e patrocínio

O atletismo não tem no Brasil o charme e o apelo popular de esportes como o futebol, o vôlei e o basquete, mas, é o terceiro em preferência nacional e já fez heróis nacionais tão queridos quanto Guga: João Carlos de Oliveira, o "João do Pulo", Joaquim Cruz e Róbson Caetano, medalhas de bronze e prata nas olimpíadas de 76, 80 e 88, e recordistas em muitas maratonas mundo afora.

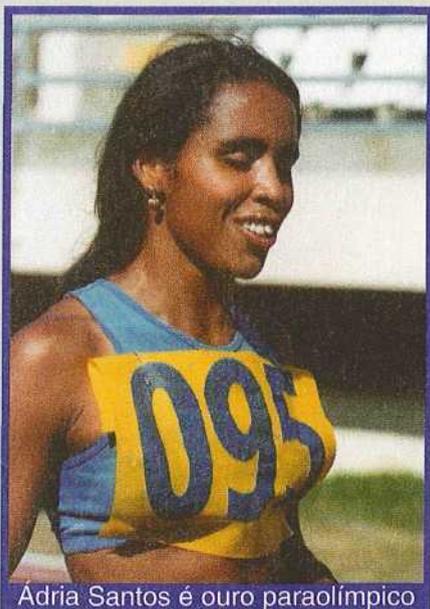
São nas maratonas, aliás, que a maioria dos atletas se revela, muitos deles oriundos das camadas mais pobres da população. É que o atletismo - principalmente as corridas - pode ser exercido a céu aberto, enquanto os demais esportes precisam de um clube ou de um estádio para serem praticados.

A simplicidade do esporte, que nada mais faz do que ressaltar três funções elementares do homem - correr, saltar e lançar objetos - coloca a atividade ao alcance de todos. No entanto, não é estimulada nas escolas e nem atrai

o interesse de patrocinadores. A Corrida de São Silvestre, que se realiza em São Paulo na virada do ano, é um dos poucos momentos em que o brasileiro presta atenção neste tipo de esporte, que surgiu nos Jogos Antigos da Grécia. O primeiro registro destes jogos data de 776 a.C.

A falta de patrocínio é apontada como o grande obstáculo à ampliação da prática do atletismo no Brasil, mas o presidente do Comitê Brasileiro de Atletismo (CBAT), Roberto Gesta de Melo, diz

**Não há a
necessidade
de clubes, mas
falta estímulo
nas escolas**



Adria Santos é ouro paraolímpico

ATLETISMO

que esta realidade está mudando: "Até dois anos atrás não tínhamos nenhum patrocínio, mas no ano passado assinamos um bom contrato com a Rede Globo e este ano um com a empresa Olympikus, fabricante de material esportivo, e outro com a Caixa Econômica Federal, este no valor de R\$ 1,5 milhão, que dá mais consistência ao programa - ele forma atletas, paga treinadores e técnicos, e ajuda clubes, federações e confederações a investir mais no esporte".

Gesta acredita que o patrocínio da Caixa vai se tornar permanente, e já está articulando com o Comitê Olímpico Brasileiro um projeto para busca de talentos nas escolas e nas maratonas locais, em preparação para as Olimpíadas de 2004. "É nas classes menos favorecidas que esses talentos se revelam, por isso precisamos dar chances a esses atletas para que eles possam seguir carreira", afirma.

Cega e veloz

É de origem humilde a atleta brasileira que vem colecionando medalhas nos Jogos Paraolímpicos, uma modalidade do esporte para portadores de deficiências físicas, auditivas ou visuais. Ádria Santos, 27 anos, é cega desde a infância, e acaba de ganhar sua quarta medalha de ouro nos Jogos Mundiais de Atletismo, ocorridos em agosto de 2001 no Canadá. Revelada na Paraolimpíada de Barcelona, onde conquistou seu pri-

meiro ouro, Ádria foi prata em Atlanta e ouro novamente em Sidney, com um total de nove medalhas nesses três jogos. Foi fácil? Claro que não diz Ádria. Além de deficiente visual, a atleta continua pobre, e teve de lutar bastante para chegar aonde chegou. "Só este ano consegui uma bolsa de R\$ 1 mil por mês da Loteria Estadual do Rio de Janeiro, e desde 96 ganho R\$ 400 por mês do Bingo Arpoador". Com esses poucos recursos, Ádria consegue viver sozinha e cuidar de uma filha de 11 anos de idade.

Atleta da Caixa desiste

Longe dos grandes centros esportivos, no Acre, um empregado da Caixa quase chegou lá, mas teve que desistir no meio do caminho. Raimundo Félix foi revelado em 1991, nos Jogos da Fenae em Vitória (ES), classificando-se em segundo lugar, e em 1994 conquistou medalha de ouro em Curitiba. Nos jogos da Fenae, realizados em Salvador em 1998, classificou-se novamente em segundo lugar, mas viu que não ia dar para conciliar as funções de bancário, sindicalista e atleta.

"Hoje corro só para manter o corpo e a saúde, mas acho que o atletismo deveria ser mais valorizado, porque não é um esporte caro. Eu nunca tive patrocí-

nio e comecei tarde, aos 23, 24 anos de idade, quando o correto é começar a correr na infância e na adolescência". Outra coisa que fez Raimundo Felix desistir foi a falta de pista de atletismo em Rio Branco, onde mora. Teria que mudar para um grande centro urbano para continuar treinando e isso não estava nos seus planos. "Hoje temos uma excelente pista aqui no Acre, mas confesso que eu nunca corri lá".



Matinhos

Sonhos e lazer em uma paisagem bucólica

Praias para todos os gostos, cultura, passeios encantadores, conforto e muito mais!

Imagine descer de trem uma serra coberta com a luxuriante vegetação da Mata Atlântica, entrando e saindo de túneis estreitos cavados nas rochas, atravessando pontes de ferro entre

abismos ou passando rente a paredões de centenas de metros de altura. Parece descrição de filme de terror, mas trata-se de uma das viagens mais bucólicas e seguras que o turista pode

fazer no estado do Paraná para alcançar o litoral.

A viagem é bonita do princípio ao fim. Começa em Curitiba, pelo trem "Litorina", e serpenteia num sobe e desce pelo paraíso verde da Serra do Mar, onde aqui e ali se avistam nascentes e cachoeiras, cobertas de flores o ano inteiro. Lá embaixo, o oceano Atlântico também acompanha o traçado da serra, apresentando ao turista 17km de lindas praias. O município é Matinhos, com 25 praias para todos os gostos: cheias de comércio e gente, desertas e tranquilas, boas para pesca ou paqueras, mas sempre limpas e morninhas. A temperatura da região varia apenas de 20 a 27



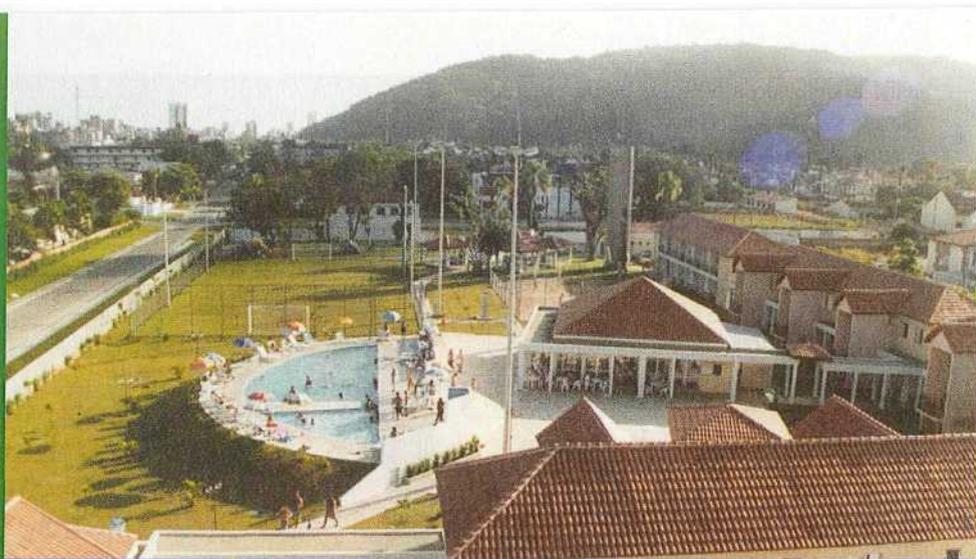
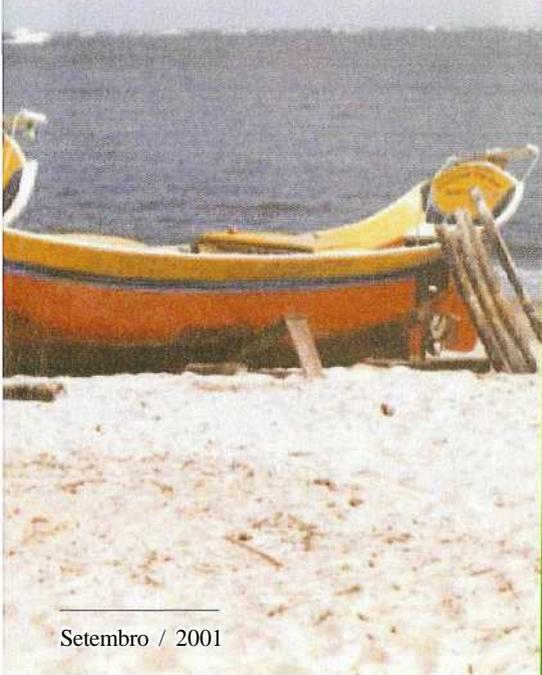


graus durante todo o ano.

O mais animado dos balneários de Matinhos é Caiobá (ali a Apcef-PR tem um clube - veja box), onde se concentra o comércio, modernos prédios de apartamentos e confortáveis hotéis. Mas nos 17km de litoral é possível diversificar a paisagem, a comida e os serviços, e ser sempre bem atendido pela população, mistura bem brasileira de descendentes dos índios Carijós, primeiros habitantes do local, e de colonizadores italianos, portugueses e alemães.

O que visitar além das praias

Um dos passeios mais gostosos de serem feitos em Matinhos é a subida ao Morro do Escalvado, a 262 metros acima da cidade. De lá avista-se toda a baía, com suas 25 praias, e parte do litoral de Santa Catarina. O Parque Florestal Rio da Onça é outra boa opção para caminhadas e contemplação da fauna e flora regio-



As instalações da Apcef-PR impressionam pela moderníssima infra-estrutura

Beleza natural, praia mansa e gastronomia

Sede balneária de Caiobá da Apcef-PR funciona em Matinhos desde final" de 1999

A sede balnearia de Caiobá da Associação do Pessoal da Caixa no Paraná (Apcef-PR), no município de Matinhos, é o principal endereço dos empregados da Caixa em todo o país que desejam descobrir os encantos do litoral paranaense. Foi inaugurada no final de 1999. A natureza da praia de Caiobá é tropical, ecológica e aventureira, emoldurada por sabores e temperos múltiplos.

A começar pela arquitetura, que é pura invenção, a sede balneária da Apcef-PR impressiona pela moderníssima infra-estrutura. São 50 apartamentos com kit três em um (fogão, geladeira e pia), ventilador de teto, camas, colchões, travesseiros, pratos, talheres, copos, panelas, banheiros privativos etc. Conta ainda com estacionamento, piscinas, campos de futebol, quadra de areia e área de camping para 20 barracas, além de cinco churrasqueiras e um restaurante/lanchonete. Maior comodidade, impossível! O período de

alta temporada vai do final de dezembro ao carnaval.

Afora o conforto e a originalidade, a sede balneária da Apcef-PR oferece como alguns de seus atrativos a beleza natural, a praia mansa e a gastronomia à base de frutos do mar. Exemplo de comida típica é o barreado, prato preparado com carne cozida e que é conhecido há mais de 200 anos. O cozimento do barreado leva 12 horas.

Os preços das diárias são bastante convidativos. Nos apartamentos para cinco pessoas, associados das Apcef e seus dependentes desembolsam R\$ 25,00 por dia. Há ainda as opções de apartamentos para quatro e duas pessoas. No primeiro caso, a diária é de R\$ 20,00. No outro, o valor chega a R\$ 15,00. Os hóspedes podem ainda desfrutar dias agradáveis e bem descontraídos.

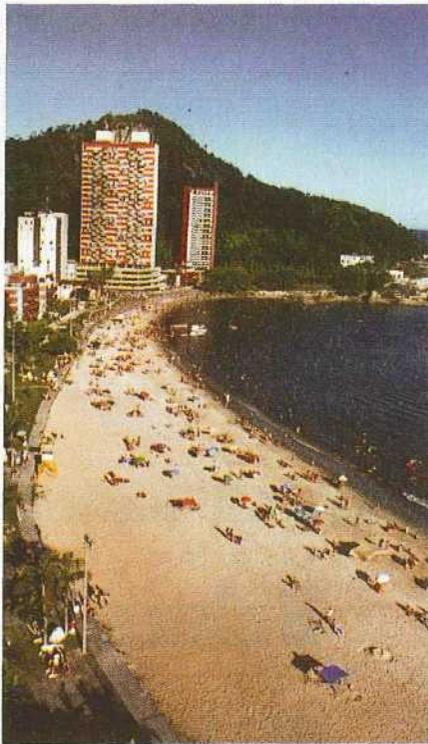
A sede balnearia da Apcef-PR fica na rua das Palmeiras, 1450 Caiobá. Reservas e informações pelos telefones: (41) 364 1001 / 364 4520 / 473-3702.

nais. Localizado a 600 metros da praia, o parque tem 1.660 hectares e é um santuário natural de preás e gatos do mato, que passeiam livres entre árvores nativas da Mata Atlântica, como maçarandubas e palmitos.

Quem gosta de pescar mas não tem muita habilidade com a pesca marítima, pode levar os anzóis para o Parque Aquático de Águas Claras. Lá existem quatro tanques com tilápias, pacus, carpas e traças, bem como piscinas de água corrente, toboágua, pedalinhos e salão de jogos.

Apesar da colonização de Matinhos ter-se iniciado no século XIX, há poucos monumentos antigos na cidade. Os dois tombados pelo Patrimônio Histórico são a Igreja Matriz de São Pedro, de linhas arquitetônicas simples, e o Museu Ecológico Municipal. Ambos estão na praça de São Pedro, no centro, e merecem ser visitados. O museu é praticamente composto de peças sobre a fauna e a flora marinha e terrestre da região, e tem no interior um mural do artista SUÍÇO Paulo Kohl.

O artesanato típico da região, de origem indígena, são peças decorativas e utilitárias trançadas, feitas com fibras vegetais como cipó imbé, timbopeva, talo de folha de brejaúva, palha de milho e uvá. Entre as festas típicas, as mais concorridas são a de Iemanjá, no dia 31 de dezembro, e a de São Pedro, no dia 29 de junho. O fandango é a dança tradicional do lugar, e a comida, o peixe grelhado com frutas da estação.



A caminho do mar, conheça Curitiba

Já que a passagem por Curitiba é obrigatória para quem vai para Matinhos/Caiobá, seria interessante reservar pelo menos uma noite e um dia para se conhecer a bonita capital do Paraná. Famosa por encontrar soluções criativas para o trânsito, como os corredores rodoviários e os ônibus acoplados, Curitiba é cheia de parques, ruas arborizadas e uma agradável passarela noturna de bares, restaurantes e paqueras, a Rua das Flores.

Na década de 70, todo o setor histórico da capital paranaense foi tombado e restaurado. Construções centenárias como os teatros Guaíra e Paiol ganharam vida nova, e são permanentemente ocupados com a rica manifestação cultural da cidade. Eventos como festivais internacionais de dança, teatro e música estão sempre acontecendo em Curitiba, que tem também uma das mais ousadas construções contemporâneas, a Ópera de Arame.

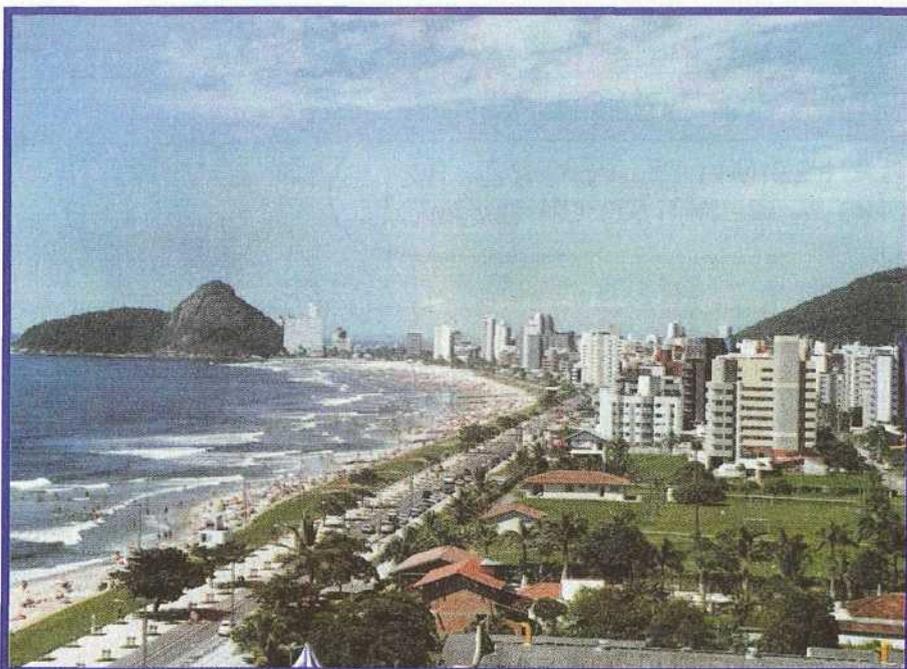
Curitiba ganhou recentemente o título de capital ecológica do país, pelas iniciativas urbanas que deram à cidade uma área de 50 metros quadrados de verde para cada habitante. Falando em verde, vale a pena visitar o Jardim Botânico, com estufas para viveiros, lago e muito espaço para recreação e contemplação.

Os principais pontos turísticos da cidade podem ser vistos em um dia, a pé ou em modernos ônibus da Linha Pinhão. Eles passam pela Basílica, Largo da Ordem, ruínas de São Francisco, construções do início do século como o Castelo Lupion e o Solar do Barão, todos os museus da cidade, a Ópera de Arame, e cinco teatros, incluindo o Paiol e o Guaíra.

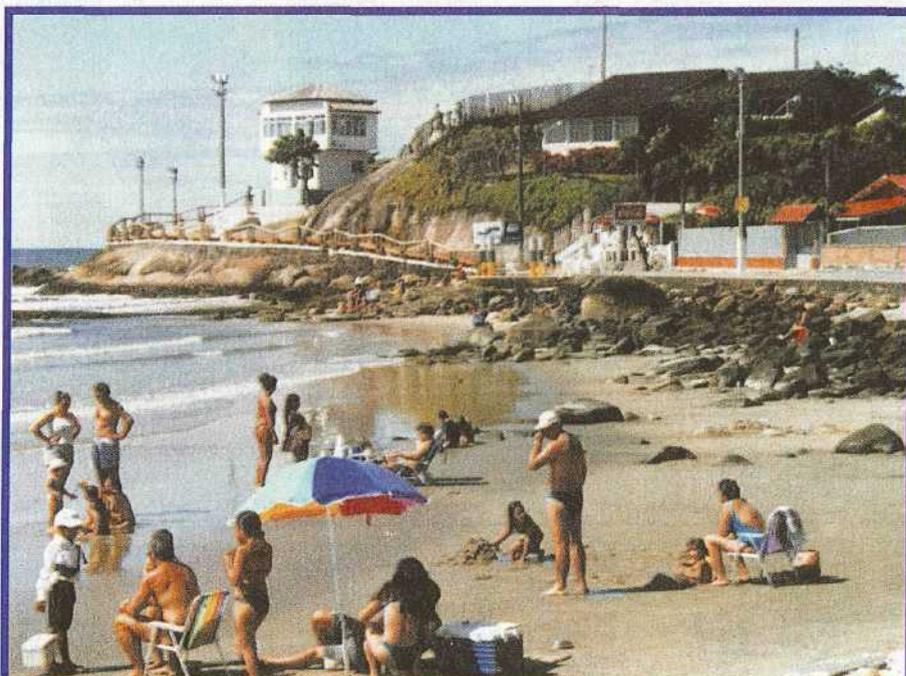
E a cozinha paranaense não é feita só de churrasco e barreado. Tem ainda o famoso galetto com polenta, herança da colonização italiana de dar água na boca. A cidade possui também excelente produção de vinhos e de cachaça de uva, e os hotéis oferecem sempre o café colonial, um mundo de opções de tortas, bolos e cucas das "mamas italianas".

O bairro gastronômico de Curitiba é o Santa Felicidade, onde o turista passa noites agradáveis apreciando danças típicas, ouvindo música regional, tomando vinho e saboreando os pratos típicos trazidos das diversas colônias estrangeiras que dão à cidade o charme e a diversidade cultural de uma metrópole. 🍷

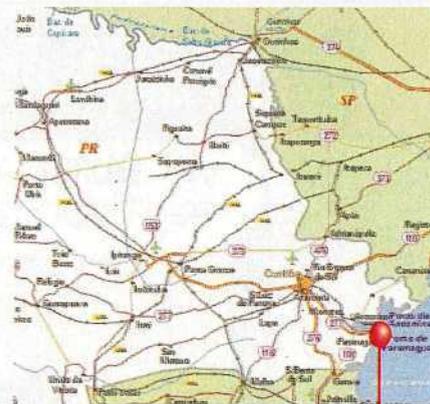




As praias de Matinhos são o orgulho do Paraná



Águas quentes e tranquilas atraem turistas do Brasil inteiro



Matinhos

Como chegar lá

Matinhos fica a 111km de Curitiba. Quem for de carro até a capital paranaense tem duas opções para chegar ao balneário: descer pela rodovia 277, que tem duas boas pistas, ou pela histórica estrada da Graciosa. Os dois caminhos reservam muita beleza e emoção e cortam a Serra do Mar e a Mata Atlântica. A estrada da Graciosa é patrimônio da humanidade, foi construída no século XIX e oferece paisagens de tirar o fôlego. Mas é mais estreita que a rodovia 277. Quem for a Curitiba de avião pode pegar o famoso trem Litorina, que atualmente está indo só até Morretes. Mas há também ônibus diários para o município, saindo de Morretes e da rodoviária de Curitiba.

VIOLENTÉRICA



Nas grandes parcerias a gente descobre a força que tem.



Quando todos se unem em torno do mesmo propósito, tudo é mais rápido e eficaz. Com empresas não é diferente. As melhores e mais duradouras parcerias são aquelas que consideram sua estratégia inicial perfeitamente adaptável às necessidades do mercado. A CAIXA, a FENAE Corretora de Seguros e a CAIXA Seguros sempre somaram esforços para oferecer produtos cada vez mais ágeis e competitivos. Juntas, cuidam da comercialização e prestação de serviços especializados nos diversos segmentos de seguros, para proteção e garantia do patrimônio e vida de seus clientes. Com a mesma marca de parceria, modernidade e evolução. Da próxima vez que for escolher uma empresa de seguros, reforce a sua escolha: fique com três.

FENAE
CORRETORA DE SEGUROS

CAIXA | SEGUROS



FENAE TUR

Sua viagem na melhor companhia

PORTO SEGURO

HOTEL MAYRIPORÃ

Saída de:	Valor R\$
Belo Horizonte	479,00
Brasília	683,00
Curitiba	684,00
Goiânia	606,00
Rio de Janeiro	567,00
Salvador	404,00
São Paulo	604,00
Recife	598,00

MACEIÓ

PAJUÇARA OTHON HOTEL

Saída de:	Valor R\$
Belo Horizonte	763,00
Brasília	742,00
Curitiba	909,00
Goiânia	778,00
Porto Alegre	1.002,00
Rio de Janeiro	784,00
Salvador	479,00
São Paulo	823,00
Recife	502,00

LISBOA

HOTEL EDUARDO VII

SAÍDAS: AGOSTO E SETEMBRO	
Saída de:	Valor U\$
Belo Horizonte	1.068,00
Brasília	1.088,00
Curitiba	1.088,00
Goiânia	1.088,00
Porto Alegre	1.088,00
Rio de Janeiro	998,00
Salvador	1.088,00
São Paulo	998,00
Recife	1.188,00

RECIFE

HOTEL RECIFE PRAIA

Saída de:	Valor R\$
Belo Horizonte	882,00
Brasília	865,00
Curitiba	1.022,00
Goiânia	908,00
Porto Alegre	1.107,00
Rio de Janeiro	901,00
Salvador	617,00
São Paulo	963,00

NATAL

HOTEL BELLO MARE

Saída de:	Valor R\$
Belo Horizonte	874,00
Brasília	878,00
Curitiba	1.010,00
Goiânia	898,00
Porto Alegre	1.091,00
Rio de Janeiro	891,00
Salvador	635,00
São Paulo	935,00
Recife	431,00

MADRID

HOTEL CONVENCION

SAÍDAS: AGOSTO E SETEMBRO	
Saída de:	Valor U\$
Belo Horizonte	1.180,00
Brasília	1.200,00
Curitiba	1.200,00
Goiânia	1.200,00
Porto Alegre	1.200,00
Rio de Janeiro	1.110,00
Salvador	1.200,00
São Paulo	1.110,00
Recife	1.300,00

FORTALEZA

HOTEL RESIDENCIAL PRAIA

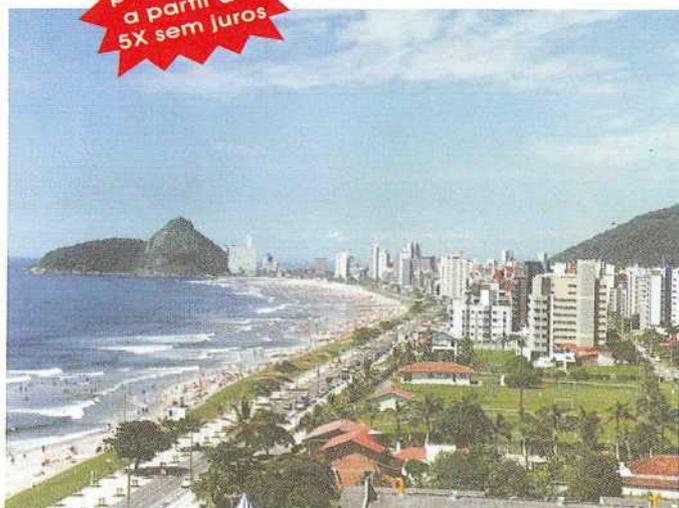
Saída de:	Valor R\$
Belo Horizonte	926,00
Brasília	826,00
Curitiba	1.035,00
Goiânia	870,00
Porto Alegre	1.116,00
Rio de Janeiro	962,00
Salvador	742,00
São Paulo	978,00
Recife	573,00

RIO DE JANEIRO

HOTEL CALIFÓRNIA OTHON

Saída de:	Valor R\$
Belo Horizonte	655,00
Brasília	829,00
Curitiba	773,00
Goiânia	844,00
Porto Alegre	904,00
Salvador	874,00
São Paulo	657,00
Recife	1.014,00

Formas de pagamento a partir de: 5X sem juros



Os pacotes nacionais incluem:

Passagem ida/volta voando Vasp, 07noites de hospedagem com café, traslados aeroporto /hotel/ aeroporto, city tour, 1 passeio, seguro e bolsa de viagem.

Os pacotes internacionais incluem:

Passagem ida/volta voando RG, 06 noites de hospedagem com taxas, impostos e serviço de maleteiros, traslados aeroporto /hotel/ aeroporto, café tipo buffet, city tour e cartão de assistência top-card sun..

Os preços são por pessoa em apto duplo, válidos para saídas 01/08/01 a 30/11/01 (exceto LIS E MAD).

Preços sujeitos a reajuste sem prévio aviso e não válidos para congressos e feriados.